

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia trinta de Abril de dois mil e oito.

Aos trinta dias do mês de Abril do ano dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António Simões Saraiva.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente o Sr. António Luís de Brito, que justificou a sua falta, tendo a mesma sido considerada justificada pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Verificou-se, igualmente, que não estavam presentes o Sr. João José Pereira Esteves, o Sr. Aristides Gonçalves da Costa e o Sr. Alberto Carlos Cadima Santos, que não remeteram justificações relativas às suas ausências.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Mário Américo Franco Alves, e os Srs. Vereadores Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Elsa Maria Lopes Correia, Albano José Ribeiro de Almeida, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e José Francisco Tavares Rolo.

Seguidamente, foi submetida à votação a acta da sessão extraordinária de vinte e nove de Fevereiro do corrente ano, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e da respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2007.

III – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2007.

Seguidamente, depois do Sr. Carlos Rocha ter dado conhecimento da correspondência recebida e expedida, entrou-se no período de Antes da Ordem do Dia, tendo tomado a palavra o Sr. Dr. António Simões Saraiva para fazer a seguinte proposta:

“Proponho um voto de profundo e de sincero pesar pelo recente falecimento do Sr. Prof. Albano Rodrigues da Silva, pessoa muito notável da nossa comunidade, cuja falta é certamente por todos muito sentida.

Pelo seu carácter, pela sua marcante personalidade, deixa um rasto de admiração, de respeito e de saudade, especialmente àqueles que com ele tiveram o privilégio de trabalhar.

A sua rectidão moral marcou todos os lugares que desempenhou, especialmente no plano da Educação onde, além do seu espírito de disciplina e de justiça, sublinhamos ainda o de pedagogo.

Foi Vice-Presidente da Câmara, lugar que desempenhou de maneira modelar, tendo eu, posteriormente, o privilégio de, no tempo em que fui Presidente da Câmara, ter tido o

prazer e a honra de ele ter pertencido a esse mesmo Executivo, do qual era um dos mais destacados vereadores e do qual tive a melhor colaboração, com o qual muito aprendi.

E talvez por isso mesmo me marcou como exemplo a seguir, tendo desse facto surgido uma franca e firme amizade que sempre tem permanecido viva até hoje.

Proponho ainda que este voto de reconhecida gratidão e de sincera mágoa seja transmitido à sua Exma. Família.”

Colocada à votação a presente proposta de voto de pesar, foi a mesma aprovada por maioria, com duas abstenções.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Prof. Francisco Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“A minha última intervenção na Assembleia Municipal, mereceu do Presidente da Câmara o comentário de que não respondia a questões partidárias. Este tipo de reacção envolve alguma irresponsabilidade, considerando até o facto de o “líder” do Executivo estar ligado ao ensino e, como tal, deve saber que há um princípio pedagógico que diz que “tudo está em tudo” e “nada está separado de nada”.

No caso vertente da minha intervenção, tem que ser considerada como um facto relevante, a degradação crescente no relacionamento “Executivo em permanência / Estrutura concelhia do PPD/PSD”, dada a incidência dos seus efeitos na gestão minimamente eficaz dos destinos do nosso Concelho. Não é compreensível, nem é aceitável, que um Executivo cuja eleição saiu das listas do PPD/PSD, funcione, segundo a Comissão Política, como causa e como efeito, de uma guerrilha permanente, que diminui a política e empobrece a sua acção. E esta evidência é de tal modo notória, que já está lançado no futuro imediato, o gérmen de uma nova batalha intestina no Partido do poder concelhio: enquanto o presidente da Comissão Política Concelhia se assume como próximo candidato à Câmara Municipal, o actual Presidente deve estar a pensar em lhe “trocar as voltas”, lançando mão dos argumentos políticos que certamente possui, não dando “de barato” a sua eventual candidatura.

Será bom que se definam, para moralização do ambiente político do Concelho!...

A política é um acto sério mas é também um acto corajoso!”

Depois, interveio o Sr. António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte proposta:

“Penso que o assunto que me traz aqui hoje é um assunto com alguma gravidade e que penso que todos estaremos de acordo que ele seja combatido. Trata-se da poluição dos rios, por conhecimento directo, há dias, concretamente no Rio Cobral e no Rio Seia. E isso é motivo de preocupação porque são descargas que são feitas, este tema já foi aqui abordado por mais do que uma vez, todos temos conhecimento disso. Sabemos que os prevaricadores, quando são identificados, pagam algumas coimas mas penso que se “ficam a rir” porque elas de tal modo irrisórias que, se calhar, neste caso, “o crime compensa”.

Em face disso, trazia aqui uma proposta pois penso que a Assembleia Municipal também deve tomar uma posição sobre isto. A Câmara Municipal concerteza que tem feito as denúncias devidas, aplica as coimas necessárias. As Juntas de Freguesia, quando têm conhecimento, fazem também as denúncias às entidades. Mas, a verdade é que este estado de coisas mantém-se assim há muito tempo e eu acho que é altura para tomarmos uma posição um bocadinho mais forte para ver se as coisas, num futuro próximo, têm um outro tratamento.

Concerteza que todos estamos de acordo em ter água melhor, em ter rios mais limpos e que as pessoas ou empresas que fazem descargas que arranjam meios para que isto não aconteça.

Deste modo, passo a ler a minha proposta:

Considerando que a água é um dos bens mais preciosos que temos e que é necessário preservar a todo o custo;

Atendendo a que tem havido grandes descargas de órgãos poluentes para os nossos rios, nomeadamente em períodos de chuvas;

Sabendo-se que estas descargas são oriundas, essencialmente, de indústrias de queijarias e agropecuárias, algumas fora do nosso concelho;

Propomos que a Assembleia Municipal aprove um voto de repúdio pela poluição dos nossos rios através destas descargas e que faça chegar esta deliberação às entidades competentes, nomeadamente ao Ministério do Ambiente, para, conseqüentemente, serem tomadas medidas que evitem situações destas no futuro.”

Seguidamente, a proposta apresentada pelo Sr. Raúl Costa foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Nós costumamos ser, aqui, uma oposição responsável e, por isso, hoje vou fazer uma intervenção neste período Antes da Ordem do Dia com questões avulsas, digamos assim.

Em primeiro lugar, referir que se cumpriu mais um ano em relação à Feira do Queijo. Acho que, tanto quanto eu vi – foi a primeira vez que cá vim, por culpa minha, não tenho termo de comparação – dizem-me que estava um pouco mais fraca, mas, de qualquer forma, é de salientar a realização da mesma.

Quanto ao que eu vi na comunicação social e que não gostei, nomeadamente, vi no Jornal de Arganil que o Sr. Presidente da Câmara queixou-se da subida do preço dos produtos, queixou-se da falta de chuva, queixou-se da falta de intervenção do Governo, das exigências a que o produto, o queijo, está sujeito devido à ASAE, é moda... Disse, concretamente, que “o Governo deve agir de forma a que os produtores do queijo sejam protegidos das exigências daquela entidade, por aí fora...”

Eu acho que está a “apanhar o comboio errado” porque, contestar por contestar, contradiz-se a si próprio. Há dias, disse aqui – e bem – que as leis existem há muitos anos – é verdade – e não estavam era a ser cumpridas. Agora, está também a “apanhar o comboio” contra a ASAE. Nós sabemos que existem as leis de higiene, segurança alimentar, licenciamento e por aí fora, com dezenas de anos e que não eram fiscalizadas. Eu pergunto-lhe se acha bem que isto continue a acontecer. Dava-lhe um exemplo, aqui do concelho, de um processo que eu tenho comigo, de uma empresa que foi fiscalizada, não estava licenciada, não tinha livro de reclamações, não tinha tabela de preços, havia problemas gravíssimos ao nível da segurança alimentar... Eu pergunto se acham que isto é que é o correcto.

Por outro lado, nós vemos no mercado nacional óptimos produtos regionais, obviamente licenciados. Eu dou apenas como exemplo dois produtos que encheram o mercado nacional: o requeijão de Carragosela e os enchidos de Arganil, que estão por todo o País e não precisam destas queixinhas.

De positivo em relação a esta questão da Feira do Queijo: o anúncio de criação do Museu do Queijo. Acho que é uma boa ideia. Espero que sirva para projectar o concelho para o futuro e não se limite a expor o passado. De positivo também o lançamento do Grande Livro do Queijo Serra da Estrela, editado pela Confraria do Queijo Serra da Estrela e pela Câmara Municipal. Eu acho que é uma obra que – embora seja de luxo – talvez fosse bom promovê-la nos circuitos comerciais porque justifica-se bem e a obra não fica a desmerecer a outras do mesmo nível.

Uma palavra sobre a inauguração do Monumento ao Bombeiro, na Praça Comandante Manuel Serra e um elogio ao homenageado. O Professor Serra foi um Homem muito dedicado à causa dos bombeiros. Merece, por isso, todos os encómios que lhe possam ser atribuídos. Por isso, o concelho reconheceu-o e bem. Dizer também que foi um defensor da civilidade e da cidadania – e não só – da causa dos bombeiros.

Não deixa de ser irónico um Homem que, por duas vezes, não foi considerado com atributos suficientes para ser Presidente da Câmara, se tenha dedicado a este mesmo povo com total desprendimento, sem um índice de mágoa, queixume ou azedume.

Uma referência muito positiva, também, ao lançamento da primeira pedra do Centro de Actividades Ocupacionais da Associação de Recuperação das Crianças Inadaptadas. Como sabem, a obra foi orçada em setecentos e cinquenta mil euros, co-financiada em sessenta e sete por cento pelo Estado, pelo Governo, através do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, no âmbito do Programa PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais. Foi também co-financiada em vinte por cento pela Câmara Municipal.

Como disse o Prof. Arménio Rodrigues, “é um sonho com duas décadas e que foi concretizado”.

Destaque para as afirmações do Sr. Director do Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra que disse que “quanto mais depressa as obras estiverem concluídas, mais rápido é possível nova resposta social”. Continuo a citá-lo: “embora o Distrito de Coimbra tenha uma taxa de cobertura significativa em respostas sociais, quando se justifica, o Governo está presente”, como foi o caso.

Lamentável a referência à “política da influência” *versus* “política da necessidade”. Por um lado, são conceitos que se recobrem e a necessidade só é sentida quando é demonstrada. Se “política da influência” é demonstrar a necessidade, não se vê qual é o mal da “política de influência”, Sr. Presidente da Câmara. Ainda quando se concretiza uma obra neste concelho, é indisfarçável o desconforto da parte de alguns se a iniciativa não é deles, mesmo que, ou até por isso, se tenha que pôr em causa uma das poucas, senão única, figura de relevo internacional oriundas do concelho. Bom seria que seguissemos as suas lições de cidadania, como referiu na altura o Sr. Governador Civil de Coimbra, e lutássemos para trazer para a Região tudo o que fosse possível, ainda que com influência.

Para dizer também que isto prova que não havia razão para a moção que aprovámos aqui na última Assembleia Municipal quando se disse que havia uma razia completa nas candidaturas ao PARES. Pode haver uma razia mas de certeza que não é completa.

Uma outra referência, também, a um facto que aconteceu aqui na última Assembleia Municipal: o Sr. Presidente da Câmara, um bocado inopinadamente, referiu-se à alusão que eu fiz na convenção autárquica sobre a ausência do concelho na Bolsa de Turismo de Lisboa. Eu

fui ver o que é que disse, porque já não me lembrava, e vi que o informaram mal. O que eu disse – e tenho aqui a folha porque fiz uma intervenção escrita nesse dia – foi que “nos últimos anos reclamei mais do que uma vez na Assembleia Municipal da habitual ausência na BTL”. Portanto, não me estava, sequer, a referir ao último ano. Mas, se a sua intervenção foi no sentido de dizer que seguiu aquilo que foi aqui sugerido, está de parabéns porque, nesse aspecto, valeu a pena.

Por fim... É evidente que eu tomei estas notas antes de saber que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avô não estava aqui e não vou deixar de as dizer, até porque ele, depois, vai ler a acta. Eu estou aqui há dois mandatos e meio, desde mil novecentos e noventa e sete, e nunca trouxe aqui nenhuma questão particular da minha freguesia. Pelo facto de ter sido eleito directamente, não por inerência. Acho muito bem que os colegas tragam os problemas das vossas freguesias. Eu nunca o fiz mas tenho que o fazer hoje pelas pressões que tenho sofrido e pelas soluções que se preparam. Refiro-me ao abastecimento de água ao Bairro Novo, em Avô – quero, desde já, declarar aqui o meu interesse neste assunto –, onde tenho também uma moradia que fiz há onze anos e já nessa altura havia problemas de água. Em dois mil e quatro, como o Sr. Presidente da Câmara se lembra, na festa de ordenação do Padre Luís Miranda, em Avô, falei-lhe, dizendo-lhe “a água não tem pressão suficiente para as máquinas, esquentadores e por aí fora, todos os moradores têm que ter um depósito suplementar e conseqüente motor para darem pressão à água” A partir de Maio, Junho, de todos os anos a água falta em parte do dia. Em Agosto só há água a partir da meia-noite. Isto, num bairro inteiro. Na altura, o Sr. Presidente da Câmara disse ao Sr. Presidente da Junta: “vamos resolver isso”. Passaram quatro anos e a situação está cada vez pior, de tal forma que, no último fim-de-semana, a água já não tinha pressão, no Bairro Novo, em Avô.

Como sabem, a revista Visão – a última ou a penúltima – trazia uma estatística referindo que, neste momento, só um e meio por cento dos portugueses não têm água canalizada. Portanto, no Bairro Novo, em Avô, nós podemos considerarmo-nos neste um e meio por cento. Isto é uma vergonha.

O Sr. Presidente da Câmara já fez a infra-estrutura. Creio que já foi no seu tempo que foi feita a distribuição. Os moradores têm as canalizações, pagam todos os meses a água – a pouca que consomem – e não são dos que pagam menos. Como sabem, Oliveira do Hospital não aparece – nessa estatística da Visão – nos primeiros cinquenta que têm a água mais barata. Muito importante ainda: é que, em Avô, não há problemas de captação de água. Podia haver, mas não há. Como sabem, a água vem do Rio Alva.

Portanto, eu pergunto o que é que impede a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia de resolverem este problema. No meu caso, eu posso deixar de cá vir depois de Abril porque não tenho água em casa. Mas há os residentes, junto ao cemitério, junto ao antigo campo de futebol, à beira da estrada... Há, inclusive, uma cabeleireira que tem dificuldades no seu trabalho e há, ainda, quem queira construir a montante. Agora vai abrir o Lar de Acamados. Nessa altura, estou perfeitamente convencido que deixamos todos de ter água, nomeadamente se o sistema de rega da Igreja estiver a funcionar.

E a solução não é, com certeza, cada um ir buscar água ao rio, como alguns moradores já querem fazer. Este é um problema que tem que ser visto, porque é ilegal, é perigoso e é uma situação ou uma solução geradora de conflitos, que urge evitar. Como calculam, estender

mangueiras, cada morador ir buscar água ao rio, atravessar a estrada, atravessar terrenos particulares... isso não é trabalho.

Sr. Presidente da Câmara, o que eu lhe queria dizer é que muitos residentes defendem já medidas radicais, porque foi feito um abaixo-assinado que o Sr. deve ter consigo ou, se não o tiver, tem-no lá o Sr. Presidente da Junta. Não defendo soluções comicieiras. Acho que há soluções técnicas que pode promover, com poucos meios financeiros, eventualmente um equipamento de pressão mais forte ou um depósito num sítio mais alto.

Quero dizer muito claramente, o seguinte – e é pena que não esteja cá o Sr. Presidente da Junta mas, como eu disse há pouco, ele vai ler a acta e espero não ser mal interpretado –: acho muito bem que os Srs. autarcas se preparem com obras sociais. Dou-lhes os parabéns por isso. E Avô é um exemplo de obras sociais. Mas, além disso ou, talvez, antes disso, devem preocupar-se com a satisfação das necessidades básicas das populações na parte... E essa satisfação é da competência pública. É para isto que são eleitos. Repito, não é correcto que o desespero de alguns os leve a procurar soluções individuais e “desenrascarem-se”, passo o termo, quando é obrigação dos poderes públicos dos Srs. autarcas a satisfação desses fornecimentos essenciais.

O Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Junta têm condições para cumprir o que prometeu o Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente há quatro anos, e não me vai dizer que fica à espera do Sistema Multimunicipal das Águas do Zêzere e Côa porque esse sistema não vai resolver este problema.

Peça aos técnicos que lhe digam como resolver o problema ou tente resolvê-lo. Não há nenhuma razão para não o fazer. Vivem ali dezenas de munícipes, pessoas, eleitores. Alguns deles, decerto, até votaram em si e podem voltar a votar em si, e merecem esse respeito.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar, a questão da água e do saneamento em Vila Franca da Beira. É um assunto que eu, recorrentemente, aqui tenho trazido.

Para informar o seguinte: segundo uma carta escrita – já tive a oportunidade de enviar uma cópia ao Sr. Presidente da Câmara – a eventual resolução de duas fossas sépticas que continuam a drenar a céu aberto em Vila Franca da Beira só será a partir de dois mil e onze, na resposta escrita por parte da empresa Águas do Zêzere e Côa.

Em relação ao problema da recuperação do actual depósito da água pública e do problema da resolução da falta de pressão na água da rede de uma boa parte da povoação, por resposta escrita – cuja cópia eu hoje vou deixar ao Sr. Presidente da Câmara porque ainda não tive a oportunidade de lha dar – a empresa Águas do Zêzere e Côa diz, no seu entender, que isso é da responsabilidade da Câmara Municipal. Eu só espero que o Sr. Presidente da Câmara não diga, agora, que a responsabilidade é das Águas do Zêzere e Côa e a população de Vila Franca fica, aqui, “entalada num pingue-pongue” absolutamente inqualificável.

Da nossa parte, é claro que não vamos cruzar os braços. A cada um as suas responsabilidades. Agora, é absolutamente inadmissível o que a empresa Águas do Zêzere e Côa já está a desenhar. Nós já sabíamos que isto ia acontecer, aliás. E não foi por acaso que eu votei contra. Não foi acaso. Por esse e por outros problemas. Mas, estamos aqui com

documentos escritos na mão. São problemas que exigem a resolução urgente. O povo de Vila Franca está farto de ser sacrificado nesta brincadeira.

O Raúl levantou aqui a questão da poluição dos rios. É, também, um assunto recorrente. É outra das coisas absolutamente inadmissíveis. Neste caso e por acaso, a ASAE também tem competência, aliás, por resposta e por informação do próprio Ministério do Ambiente. Aproveitem para ver os eucaliptos que estão a ser plantados na margem direita e na margem esquerda do Mondego, lá baixo à Ponte da Atalhada...

O Açude das Figueiras está em ruínas. É um açude grande, bonito e merecia ser recuperado, como outros já o têm sido. Portanto, também existe aquele ali no Rio Seia: o Açude das Figueiras, que é mais ou menos partilhado entre a freguesia de Vila Franca e a freguesia de Lagares da Beira.

A Escola de Vila Franca da Beira necessita de algumas reparações. Temos, também, comunicado isso com frequência ao Sr. Presidente da Câmara. O próprio parque infantil e a requalificação do parque infantil: vêm aí as férias e era altura de fazer isto. Aliás, já devia estar feito.

Depois, expresse aqui um convite a todas e a todos os interessados para que possam participar num almoço-convívio no sábado, vinte e quatro de Maio, em Vila Franca da Beira, no novo Parque Merendeiro, uma vez que Vila Franca – freguesia – estará a perfazer vinte anos por essas datas. E, muito especialmente, aos autarcas e amigos da Cordinha.

Depois, fazia duas ou três perguntas concretas:

ESTGOH: o assunto da ESTGOH continua a estar aí agitado, em círculos geralmente bem informados ou, segundo outros, maldizentes. E fala-se que Arganil está a posicionar-se para poder vir a acolher a nova instalação da ESTGOH. Não sei como é que está este caso...

A estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha: era só para saber o ponto de situação em relação à sua recuperação.

E, já agora, voltar aqui a dizer, de facto, que a actividade agro-pecuária ficou esquecida, pelo menos no texto, na letra, do regulamento do FINICIA / INVISTA +. Ficou esquecida, nomeadamente a pastorícia, já que se fala disso. Não sei se ainda está esquecida.

Dizer que, de facto, – e isto merece um comentário porque eu também já fui comentado aqui e porque, às vezes, vale a pena precisar – quando foi aprovado o PARES da ARCIAL, eu assinalei-o, aqui, nesta tribuna. E assinalei, naturalmente, quando não foram aprovados seis ou sete candidaturas ao PARES, nomeadamente a do Lar de Idosos da Cordinha e da Unidade de Acamados de Avô. Dois exemplos. De facto, naquele lote de candidaturas foi uma raia: nem uma! Porque a outra já tinha sido no ano anterior. Portanto, era apenas como precisão.

25 DE ABRIL, SEMPRE! FASCISMO NUNCA MAIS! NÃO AO “TRATADO DE LISBOA”!

Há dias, cumpriu-se o Trigésimo Quarto Aniversário da Revolução do 25 de Abril. Trinta e quatro anos tem já a nossa Revolução dos Cravos.

Ainda assim, não são muitos esses anos todos. E é preciso recordar e comemorar e lutar com força e convicções.

O Município comemorou por iniciativa da Câmara. Algumas freguesias assinalaram a data. Houve um grupo de Amigos – de futebolistas mais ou menos veteranos e de distintos credos políticos – que também se juntou e conviveu...

Em nome desse grupo, aqui agradeço ao Sr. Presidente do Futebol Clube de Oliveira do Hospital por ter permitido que o “futebol dos veteranos” decorresse no relvado municipal e agradece-se à Sra. Vereadora Fátima Antunes as diligências que ela própria fez nesse sentido. Agradece-se ainda à Associação de Desenvolvimento Social e Cultural do Vale do Cobral (Meruge) por ter possibilitado, digamos assim, o Jantar da 3ª parte desse mesmo convívio.

Em jeito de balanço muito geral, convirá dizer-se que, para se consolidar algumas das iniciativas destas Comemorações do 25 de Abril em Oliveira do Hospital, é necessário envolver previamente – com mais tempo de antecedência – outras Entidades e nomeadamente as Colectividades de Cultura e Recreio e as Escolas do Concelho. Cremos que, por exemplo, a “Corrida da Liberdade” merece esse esforço prévio por parte da Câmara Municipal e lembramos já que para o próximo ano se vão completar os Trinta e Cinco anos do 25 de Abril.

NÃO, AO “TRATADO REFORMADOR DA UNIÃO EUROPEIA” OU “TRATADO DE LISBOA”!

Por iniciativa do Governo e da maioria PS – iniciativa logo aplaudida por toda a direita – nas vésperas do 25 de Abril, foi de facto “ratificado”, na Assembleia da República de Portugal, o famigerado projecto da “Constituição da União Europeia”, entretanto rebaptizada como “Tratado Reformador da União Europeia” por um grupo de cidadãos europeus mais ou menos apátridas e depois rebaptizada com “Tratado de Lisboa”, por iniciativa de alguns outros cidadãos que usam bilhete de identidade onde ainda consta terem nacionalidade portuguesa.

Ao Povo português, pelo menos até agora, foi negada a possibilidade de participar activamente no processo através, por exemplo, do referendo popular de consulta pública. Essa decisão de não referendar o Tratado, em que o PS se adiantou aplaudido por quase toda a direita, é um acto antidemocrático e politicamente cobarde.

Acto antidemocrático e politicamente cobarde que também foi já uma decisão emanada do “directório das grandes potências” e do grande capital desta União Europeia que o Tratado consagra e impõe à maior parte dos restantes países.

Por cá, PS, PSD e os principais governantes, afinal, apenas se puseram de cócoras perante mais uma imposição. Só que esta, a do “Tratado Reformador da União Europeia” – efectivamente uma arquitectura constitucional / federal para a União Europeia é das piores entre as piores imposições. E antes, recorde-se, tal projecto já fora derrotado em referendos populares na França e na Holanda... E esperamos que venha a ser derrotado na Irlanda...

A encenação propagandística em torno dessa ratificação na Assembleia da República, em vésperas do 25 de Abril, foi pois uma violenta afronta à Revolução de Abril que, não esqueçamos, devolveu dignidade e independência a Portugal, às Portuguesas e aos Portugueses.

Agora, com o modelo de “constituição federalista europeia” que este famigerado Tratado de facto enforma, Portugal, as Portuguesas e os Portugueses saem a perder, e saem a perder de todas e das piores formas: perde-se independência nacional, perde-se soberania, perde-se aquilo que ainda detínhamos das águas territoriais para pescas, perde-se dois eurodeputados...

E perde-se tudo isso e mais ainda principalmente através de arranjos político-partidários muito conjunturais pois as maiorias partidárias, de repente, podem deixar de o ser, e oxalá deixem de sê-lo o mais rapidamente possível.



Entretanto, essas maiorias partidárias e conjunturais hipotecaram e transferiram, antidemocraticamente, princípios, competências e mecanismos constitucionais inalienáveis e bem expressos na Constituição da República de Portugal. Assim, podem asfixiar, com um violento garrote, o futuro mais feliz da larga maioria do nosso Povo.

Se hoje, ainda sem “Tratado de Lisboa” em vigor, já nos “batem” tanto, já tanto nos dão cabo da vida com a “ditadura” do Banco Central Europeu e do “Pacto de Estabilidade e Crescimento”, mais dos alegados controlos dos défices das contas públicas, imagine-se o que nos vai acontecer quando o Tratado de Lisboa for aplicado... É que, ainda por cima, também vamos começar a pagar para alimentar o “exército comum europeu” para mais intervenções e mais guerras... dos outros!

Sim, com este projecto avançado de Constituição Federal para uma União Europeia imperialista e militarista, com um tal projecto, certamente ganham o grande capital supranacional e quem este cumula com grandes privilégios, nomeadamente aquelas e aqueles que o servem com fidelidade canina.

Nós, patriotas, nós que “pagamos a factura” e que por aqui somos espremidos pelo rolo compressor do grande capital e das imposições das grandes potências, nós é que não podemos ficar mudos e quedos nas mãos daqueles que querem espoliar o Povo dos seus direitos mais fundamentais.

Da parte do PCP, a luta continua contra este Tratado da Vergonha Nacional!

Ao Povo compete decidir sobre tão importante matéria!

O Povo Português acabará por decidir!”

Terminada a presente intervenção, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Francisco Borges Garcia:

“Um munícipe entregou, nesta Câmara, há cerca de dez anos ou mais, um projecto de construção pagando, para tal, as taxas devidas. O caso é conhecido e é do domínio público. Este munícipe, por várias vezes, pediu explicações do estado do seu projecto à Câmara pagando, naturalmente, as respectivas taxas dos requerimentos. Na penúltima intervenção, interpelação, da esposa do munícipe ao Sr. Presidente da Câmara, este respondeu-lhe que tal projecto nunca deu entrada na Câmara. Já na última reunião pública de Câmara Municipal, e depois da esposa do munícipe ter apresentado as provas da entrada do projecto na Câmara, bem como da entrada dos vários requerimentos, o Sr. Presidente da Câmara assumiu, finalmente, que perdeu o projecto. Esta situação é vergonhosa e indigna, até, de um país do Terceiro Mundo, obrigando a um esclarecimento claro do sucedido, por parte do Sr. Presidente da Câmara. Para além da questão que se prende com a resolução do problema do terreno – que deve ser tratada com sentido de diálogo, fazendo salvaguardar o interesse do Município mas também o bem-estar mínimo recomendável para o munícipe – entendemos que o desaparecimento de um documento com esta importância, da Câmara Municipal, obriga o Sr. Presidente da Câmara a assumir todas as responsabilidades perante esta Assembleia. Esta falta de responsabilidade e de transparência da parte da administração local não pode passar em claro, pelo que o Sr. Presidente terá que averiguar o sucedido e prestar contas perante esta Assembleia. Para quem é tão crítico e exigente em relação aos outros, permitir que uma situação destas aconteça no organismo a que preside, não pode cair no esquecimento, por mais incómodo que possa ser o assunto.

Para terminar, tenho aqui um requerimento:

“Vários vigilantes foram contratados para os circuitos de transportes escolares. A bem da transparência e de acordo com os poderes de fiscalização desta Assembleia, venho requerer formalmente que seja facultada informação sobre o processo de recrutamento e selecção desses mesmos vigilantes, bem como a listagem das pessoas contratadas pela Câmara Municipal para desempenhar estas funções.

Agradeço que a informação chegue no período legal.”

Seguidamente, interveio o Sr. Luís Martins Almeida:

“Hoje trago-vos um tema que é, para nós CDU, a principal preocupação na nossa acção política. A situação dos trabalhadores, os seus direitos e a concretização das suas aspirações.

A situação vivida no nosso concelho não é diferente do que, observando as televisões e ouvindo as rádios, sentimos que acontece por todo o País.

Com um tecido produtivo pouco competitivo e com pouca capacidade de dar resposta à instabilidade na economia mundial. Assiste-se a um aumento dos lucros dos mais ricos enquanto ao resto do povo são pedidos sacrifícios e mais dificuldades.

O grande capital financeiro viu os seus lucros mais que duplicarem, o que não traduz mais que um aumento das desigualdades sociais e uma concentração cada vez maior da riqueza. É um verdadeiro crime que quem trabalha e acrescenta riqueza à produção esteja a sentir cada ano que passa a perda de poder de compra especialmente quando o preço dos produtos alimentares e em especial do pão aumenta, como aconteceu ultimamente.

As relações laborais são cada vez mais precarizadas colocando os trabalhadores numa situação de grande incerteza quanto ao futuro. A taxa do desemprego é a mais alta dos últimos e cinco anos sendo dramático em alguns concelhos, em especial do Interior.

Em termos de direitos, os ataques aos trabalhadores portugueses são cada vez maiores. A chamada flexibilização do horário de trabalho não é mais que colocar o trabalhador ao serviço do patronato pelas horas que este desejar, não tendo em conta a vontade deste e colocando-lhe um elevado grau de incerteza na sua vida diária.

Os contratos a prazo e os recibos verdes não são mais do que uma forma refinada de poder utilizar os trabalhadores sempre que é necessário e sem nunca lhe atribuir direitos que deveriam estar mais do que consagrados devido aos anos de trabalho.

A juntar a isto tudo, o PS que prometeu recuar em relação às alterações do Código do Trabalho aquando das eleições, vem agora ainda agravar mais a situação dos trabalhadores permitindo que tudo o que antes era ilegal e acontecia, passe agora a ser legal desde que a entidade patronal pague um pouco mais de imposto e de contribuições à Segurança Social.

A juntar a isto acrescenta a ideia de “despedimento por inadaptação” e de ainda mais flexibilidade nos horários.

O que se passa hoje e os ataques que são feitos aos trabalhadores portugueses merecem da nossa parte uma profunda condenação. Tais atitudes não passam mais do que uma cedência deste Governo ao grande capital e à banca detentores da maior fatia da riqueza do nosso país. Por isso, afirmamos também aqui que nunca contarão com a CDU e com o PCP para amparar este caminho que vão traçando e que é desastroso para o povo do nosso país.

A juntar a tudo isto sente-se, como há muito não se sentia, um aumento enorme da perseguição às liberdades sindicais e políticas que muitos dos meus camaradas Dirigentes Sindicais e outros democratas têm sentido por este país fora. A polícia a visitar sindicatos. Trabalhadores em luta a serem identificados pela polícia. Até chegámos ao extremo de um trabalhador ser despedido com intenção de justa causa por ter ido a um programa da RTP dizer que não era aumentado há mais de três anos.

Todo este ambiente é da inteira responsabilidade deste Governo que, resgatado na sua maioria absoluta, não ouve nem faz eco dos problemas que se gritam nas ruas, em manifestações nunca antes vistas depois do período revolucionário, com a participação de centenas de milhares de pessoas.

Também aqui em Oliveira do Hospital isto se sente. O ambiente nas empresas é hostil para os trabalhadores, e são muitas as denúncias que vamos conhecendo. Também aqui, eu e os outros como eu, continuaremos a lutar sabendo que, se não lutarmos perderemos, e que a luta e o seu reforço é o caminho que nos resta, quando ano após ano, Governo após Governo, os detentores do poder nada mais fazem do que prejudicar os interesses daqueles que vendem o seu trabalho para justamente sustentar-se a si e às suas famílias.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Inácio:

Duas ou três palavras muito breves que queria aqui referir hoje:

A primeira é a seguinte: leio muito, vejo muito, ouço muito o Sr. Presidente da Câmara queixar-se que o Governo não faz nada, que não dá nada. Atribui muitas culpas ao Governo. O que eu queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara é se, em relação àquilo que o Governo disponibiliza para o concelho, o que é que o Sr. Presidente da Câmara tem feito. E refiro-lhe um caso muito concreto, que tem a ver com as Lojas do Cidadão. Está prevista a atribuição de um quantitativo significativo de Lojas do Cidadão de 2<sup>a</sup> Geração e é possível que em Oliveira do Hospital seja instalada uma. Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se tem feito algumas *démarches* ou se tem feito algum contacto nesse sentido.

Fala-se, também, que fecha tudo em Oliveira e nada abre. Há aqui serviços novos. Gostaria, também, que houvesse alguma rectificação e contenção nesta situação, aqui no concelho de Oliveira do Hospital.

Duas referências breves a dois acontecimentos aqui recentemente passados e que gostaria de congratularmo-nos a todos e dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, naturalmente. O meu colega de bancada, Dr. Rodrigues Gonçalves, já referiu alguns. Eu referia o convívio do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas e o 25 de Abril. Em relação ao 25 de Abril, em boa hora a Câmara Municipal tomou, por sua iniciativa – envolvendo, naturalmente, outras instituições e pessoas – o festejar desta data. Espero que isto continue por muitos e bons anos e que nós vivamos bem com esta data que nos tornou possível viver para a Europa e para o Mundo.

Em relação ao Colégio Brás Garcia de Mascarenhas, penso que agora e a partir deste ano, vai ser um acontecimento anual. É bom. Tivemos cá trezentos e setenta alunos do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas, o que é extremamente positivo. É bom para o concelho. Foi um convívio que se fez aqui e visitámos o concelho. Eu penso que, no futuro, dever-se-ia fazer uma visita guiada noutros sítios do concelho que não só aqui na sede, como foi este ano. E, em relação a isto, agradecer à Câmara a monografia e o cd, que foi participado

monetariamente pela Câmara, segundo o que sei. Espero que isto continue a acontecer, com outras situações ou eventos. Queria, no entanto, perguntar ao Sr. Presidente da Câmara que destino a dar às antigas instalações do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas, que eu já não visitava há muitos anos, por culpa minha, mas que estão bastante degradadas. Eu penso que era bom continuar como um espaço de referência e de memória para nós todos que aqui estudámos e que gostaríamos daquilo como um espaço público, para podermos usufruir.”

Terminada a presente intervenção, foi dada a palavra ao Sr. João Abreu:

“Queria também partilhar das congratulações que aqui foram feitas sobre as comemorações do 25 de Abril. Não tive a oportunidade de participar mas já sei que correram bem, que dignificaram o Município e que dignificaram a data, que merece, de facto, todas as comemorações e toda a atenção.

Queria colocar aqui duas ou três questões e, no final, apresentar uma recomendação:

Queria falar dos incêndios e da floresta, para referir um problema que, nomeadamente os Presidentes das Juntas, têm em mãos. É o de termos o kit de incêndios que nos foi dado pela DGAL e que não sabemos o que é que devemos fazer com aquilo. Temos o kit, investimos o dinheiro, o Estado também investiu, e aquilo é uma inutilidade completa porque não vamos andar a correr, de mangueira às costas, para as matas. Porque aquilo necessita de ter uma estrutura onde se fixar e uma estrutura de confiança, não pode ser num veículo qualquer. Queria chamar a atenção para isso e também para a necessidade de se encontrar uma solução. É evidente que seria fácil vir aqui propor que a Câmara financiasse o equipamento mas não o faço. Mas penso que a Câmara tem que ajudar a resolver o problema. E este problema tem que ser colocado a quem nos “mandou a encomenda”, ou seja, tem que ser colocado ao Governo. E é óbvio que, se houver uma tomada de posição colectiva, as coisas serão atendidas e ponderadas. Acredito que o Governo mandou este equipamento com boa intenção, pensando que, de facto, todas as juntas de freguesia tinham carros de bombeiros onde fixar aquilo ou, pelo menos, equipamentos equivalentes, mas não têm. E nós temos que resolver este problema.

Ainda em relação às florestas, eu queria também saber o ponto de situação sobre o projecto para a zona norte do concelho, que não foi aprovado numa primeira fase pelo Ministério da Agricultura. Saber se foi retomado, se a Câmara pensa retomá-lo pois, de facto, é importantíssimo. O concelho é só um, há zonas de maior perigo mas em todo o concelho há uma grande densidade florestal. Creio que esse projecto, que previa instrumentos e medidas para a prevenção dos incêndios, se justifica e que devia ser novamente retomado, se é que ainda não o foi.

Também queria chamar a atenção, valorizando o facto das máquinas e dos equipamentos da Câmara Municipal terem desenvolvido um trabalho que eu considero notável e que é justo que se diga que não tem paralelo em concelhos vizinhos. É importante que isso se refira. Mas é oscilante. Às vezes precisamos da moto-niveladora, por exemplo, e o Sr. Presidente diz que não há manobrador. Há, pois, alguma instabilidade na condução das máquinas. Creio que se justificava um investimento na utilização e rentabilização destes equipamentos porque eles são de extrema utilidade para a prevenção dos incêndios e também para a circulação das pessoas no seu meio rural.

Ainda uma outra questão sobre a floresta e que tem a ver com o nemátodo, cuja referência apareceu agora na comunicação social porque os técnicos detectaram que em Arganil o problema tem já algum significado. Queria saber se há já alguma medida que esteja a ser pensada para Oliveira do Hospital porque o nosso concelho também já está incluído na zona de restrição. Creio que devíamos tomar medidas atempadas. É evidente que não podem ser desligadas das medidas que se tomam noutros concelhos. Tem que haver, aqui, a intervenção da Direcção-Geral das Florestas e de outros institutos que estão a estudar o problema e que têm tutela sobre ele. Creio que devíamos tomar medidas e não deixar, também, que a nossa mancha florestal fosse afectada de forma grave por este problema.

Outra nota para me regozijar com uma verba recebida pela Junta de Freguesia – e creio que todas as Juntas de Freguesia receberam – e que é a nossa participação no IMI rústico. Nós estávamos com graves problemas financeiros e, com esta contribuição dada pelo Governo, resolvemos os problemas todos porque recebemos cento e quarenta e seis euros! Temos todos os problemas financeiros resolvidos...

Eu estou a ironizar para dizer o seguinte: é evidente que a ANAFRE procurou negociar com o Governo mais transferências de verbas para as freguesias, que é uma reclamação de sempre. É legítimo que as freguesias não tenham que andar com “o chapéu na mão” junto das Câmaras Municipais para fazer as obras que são necessárias. Aliás, esta é uma componente fundamental do poder local e da nossa estrutura democrática: os órgãos serem independentes e terem meios para se afirmarem por si próprios. Mas, o Governo, em vez disso, manteve as transferências e arranjou esta estratégia, que deu no que está a acontecer. É uma coisa absolutamente ridícula, para não dizer vergonhosa, e diz bem do conceito que o Governo tem das freguesias e de quem as serve.

Também pretendia saber como está o ponto de situação da estrada Meruge/Lagares/Limite do Concelho, porque as populações vão perguntando quando se iniciam as obras e quem passa por ela sabe que esta ansiedade é absolutamente justificada. Se continuar a chover, não tarda muito que esteja intransitável.

De seguida, ia ler uma recomendação sobre a questão do aumento das tarifas da água:

“Quando esta Assembleia Municipal votou a adesão à Empresa das Águas do Zêzere e Côa, houve consenso no reconhecimento de que esta era uma má solução, só tomada porque não restava ao nosso Município outra alternativa para chegar ao “bolo” dos fundos comunitários nesta área.

Única alternativa, porque o Governo, embora legislando sobre a possibilidade de constituição das Empresas Inter-Municipais e Empresas Municipais de Águas e Saneamento, fez e faz depender a sua existência de um conjunto de subjectividades tão irracionais que as inviabiliza à nascença. Ficaram, por sua vontade, as Empresas Multimunicipais, porque, essas sim, estavam de acordo com os objectivos do Governo de privatizar a prazo a distribuição deste bem vital e indispensável à vida humana.

E elas cá estão a desempenhar o seu papel. Desde logo, pagando aos seus gestores remunerações principescas, imorais até, de todo incompatíveis com o serviço público que era suposto desempenharem.

Depois, querendo-nos convencer da necessidade de adequar os preços das tarifas aos custos reais, negando desse modo a existência da água como bem público e social.

Agora, é o argumento de que a saída do sistema do Município da Covilhã retirou a este viabilidade, em termos de economia de escala, a que se junta uma confissão pouco inocente sobre as dívidas de alguns municípios e a diferenciação das tarifas por concelho que fazem perigar a viabilidade económica da Empresa das Águas do Zêzere e Côa.

Nunca uma única palavra sobre a origem da crise dever-se à eventualidade de existir má gestão, nem sobre as tutelares responsabilidades das Águas de Portugal (diga-se Governo), mãe e dona da Empresa, na sua recuperação sem vir ao bolso dos munícipes e dos municípios.

Os cidadãos, os utentes da água pública, não podem agora ser penalizados com tarifas de água e saneamento exorbitantes só porque a Empresa das Águas do Zêzere e Côa está na falência.

Questione-se o rigor da gestão, os salários, mordomias e despesas de representação dos gestores, responsabilize-se o Estado/Governo pelo problema, exija-se dos municípios incumpridores o respeito pelos compromissos assumidos, nunca se atire sobre a população o ónus duma responsabilidade que ela não tem.

Digo isto para chamar a atenção do Município e do Sr. Presidente da Câmara, para a sua responsabilidade em manter as tarifas da água com preços sociais, em coerência com o proclamado nesta Assembleia aquando da votação da adesão e de acordo com várias declarações públicas produzidas sobre o assunto. Afinal o Município de Oliveira até tem as contas regularizadas com a Águas do Zêzere!

Estas empresas são insaciáveis porque têm de dar lucro à força para sustentar a vaidade dos gestores.

Veja-se o que fez e está a fazer a Águas do Planalto. Para além de colocar contadores nos fontanários públicos, pagando as Juntas de Freguesia os respectivos consumos, lançou agora mão de uma chamada sobretaxa, que onera os recibos em mais de cerca de dois euros, com o argumento de se pagar a dívida com a recuperação da Barragem. Noutra concelho, a Câmara faz incidir sobre o recibo da água a Taxa de Comissão do Banco, por imposição da Empresa.

A Empresa das Águas do Zêzere e Côa não pode vir tripudiar sobre um acordo que estabeleceu. Por razões menores houve já vários municípios que abandonaram as empresas Multimunicipais.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação o envio da presente recomendação à Câmara Municipal, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção.

Foi, depois, dada a palavra à Sra. Dra. Ana Paula Nobre, para fazer a seguinte intervenção:

“A minha intervenção prende-se com o facto de eu ser uma das pessoas que faz representar esta Assembleia Municipal na CPCJ de Oliveira do Hospital.

Dizer-vos que, como resultado de uma última reunião que tivemos – penso que este é um dado importante para todos –, os casos sinalizados no nosso concelho aumentaram em dois mil e sete. Não aumentaram de forma alarmante, mas aumentaram. Isto prende-se com várias razões e uma delas tem a ver – e foi avançada nessa reunião – com o facto, de hoje em dia, as pessoas estarem um bocadinho mais sensibilizadas para estas questões e também elas sinalizarem mais jovens e crianças que se encontram em risco. Por outro lado, existe também o facto de, a nível concelhio, trabalharem ou estarem em acção dois projectos, nomeadamente

o projecto AGIR e o Bem Crescer, que também têm trabalhado mais junto das populações e também têm sinalizado mais estas situações.

Dizer-vos também que o projecto AGIR trabalha intimamente com as escolas e que o trabalho que tem sido feito em termos de prevenção nas escolas tem sido bastante profícuo e tem tido os seus resultados. Nomeadamente porque trabalhamos em conjunto porque há parcerias, porque as escolas se reúnem com alguns representantes, mensalmente, porque são trabalhadas as situações em conjunto, porque são encontradas soluções e porque o AGIR também colabora, assim como outras instituições concelhias, como é o caso do Centro de Saúde.

Dizer-vos que, pelo menos neste último ano, todo o trabalho do Centro de Saúde e de uma equipa que se tem disponibilizado para trabalhar muito directamente com as escolas, tem sido, realmente, uma mais-valia.

Entretanto, dentro do plano projectado pela CPCJ para este ano ainda, existem um conjunto de acções. Uma delas diz respeito ao trabalho que se pretende fazer com os Srs. Presidentes da Junta e daí eu estar a aproveitar este momento porque estão aqui em número considerável. Dizer-vos da importância que é trabalharem em conjunto, da importância que é estarem presentes. Eu sei que já foram a acções lançadas anteriormente e que apareceram poucas pessoas. É importante que colaborem. É importante que sintam que defender os jovens e as crianças também é uma missão. Solicito, então, a vossa colaboração para uma reunião que vai ser agendada para breve, uma reunião em horário pós-laboral, pelo que todos podem estar presentes. Digo-vos, por experiência própria, que trabalhar em conjunto tem bons resultados. E de certeza que vão aprender bastante. Por outro lado, têm que pensar também que uma das vossas funções a nível social é colaborar com estas instituições que existem a nível concelhio.

Era essencialmente isto que eu queria aqui deixar para sentirem que também passa por todos nós melhorar tudo aquilo que tem a ver com a vida dos jovens e das crianças do nosso concelho.”

Terminadas as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Querida dizer que nós estamos perfeitamente de acordo com a proposta que foi feita pelo Sr. António Raúl Costa relativamente à questão da poluição dos rios e que fomos também alertados nesse mesmo dia em que se verificaram as descargas. Não é fácil lidar com estes problemas porque a Câmara não tem jurisdição nesta matéria. Aquilo que nós podemos fazer é chamar a atenção das entidades responsáveis para que façam aquilo que devem fazer, que é a fiscalização, e que, depois, actuem em conformidade com a lei. A sensação com que, às vezes, fico é que, depois de levantados os autos e encontrados os prevaricadores, nesta matéria há um pouco aquela questão dos “paninhos quentes” e que, em termos de aplicação das coimas, acabam por não surtir o efeito que se pretende que estes actos tenham. Isso é que me parece ser negativo porque é convidativo a que as pessoas continuem a cometer os mesmos actos, o mesmo é dizer, a cometer os mesmos crimes.

No que diz respeito a algumas questões levantadas pelo Dr. Rodrigues Gonçalves, nomeadamente as que tinham a ver com as queijarias e com a ASAE, eu fui bem claro e costumo ser claro quando falo acerca destas matérias. Fui bem claro aqui, quando falei nesta

Assembleia, quando foram levantadas uma série de questões, e que disse que, efectivamente, da parte da ASAE, relativamente a muita gente tinha razões e que tinha uma atitude pedagógica, no sentido de que havia pessoas que não tinham licenças de utilização, que estavam a laborar sem terem os documentos essenciais para a sua laboração. No que diz respeito às queijarias, aquilo que eu disse foi que, se nós não apoiarmos, com legislação mais flexível e darmos até apoios, incentivos, para que os pequenos produtores possam também eles fazer a sua produção em vez de venderem o leite, naturalmente que a tendência é acabar com o queijo. Foi isso que foi dito. Aliás, referi que já em tempos a Câmara fez um acordo tripartido – Câmara, DRABL e ANCOSE –, no sentido de ajudar na elaboração de projectos e prestar apoio técnico. Por outro lado, tudo isto envolve avultados investimentos financeiros para os quais as pessoas não têm disponibilidade. E foi dentro desta perspectiva que eu falei relativamente a esta questão porque eu sei que a ASAE já visitou pelo menos uma queijaria aqui. Que haja pedagogia junto dos produtores no sentido de não criar grandes obstáculos, procurar que as coisas sejam legalizáveis, no sentido de que as pessoas não desistam. Esta é que é a grande questão relativamente a esta matéria.

Quanto à questão do livro que a Câmara apoiou, parte deles ficam com a Confraria do Queijo Serra da Estrela e outra parte será entregue à Câmara Municipal. Julgo que, tal como disse, o livro é um bom livro, tem uma boa encadernação e tem conteúdo, o que me parece importante. A meu ver, existem algumas pequenas questões, nomeadamente em determinadas fotografias onde não aparecem legendas que acho que deviam aparecer para facilitar a leitura por parte das pessoas. Mas, não há obra nenhuma onde não se encontrem pequenos defeitos.

Quanto à questão da Casa do Queijo – e isto permite, também, responder de alguma forma ao Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Inácio – aquilo que se pretende e que vai começar a ser elaborado é um projecto para o local onde está hoje a ARCIAL e que era o antigo Colégio. Pretendemos colocar ali em funcionamento algumas valências, nomeadamente o Arquivo Municipal, a Casa do Queijo, com uma parte de musealização e outra parte de comercialização e, se possível, nomeadamente viradas para a Avenida 5 de Outubro, algumas pequenas lojas para venda de produtos endógenos, para permitir aos produtores terem ali a sua representação e venderem os seus produtos. Naturalmente que queremos ver se é possível preservar parte da fachada daquilo que foi o Colégio, criando no seu interior, nomeadamente entre a parte do Arquivo Municipal e o outro espaço, uma galeria onde possa expor-se documentação e espólio que dizem respeito aos antigos alunos do Colégio: fotografias, cadernetas, textos, o jornal que editavam, entre outros. É esta a ideia que vamos procurar trabalhar e desenvolver, de forma a que fique aqui bem ao lado da Casa da Cultura.

Sobre a questão do Monumento ao Bombeiro, não tenho nada a acrescentar para além do que já foi dito.

Quanto à questão da ARCIAL e do PARES, estou um pouco de acordo com aquilo que foi dito pelo Prof. João Dinis quando diz que, efectivamente, o único projecto contemplado no PARES foi o da ARCIAL. Havia projectos considerados pela Rede Social Concelhia como prioritários, como era o caso do Lar em Ervedal da Beira, para poder dar cobertura aquela zona da Cordinha que estava totalmente a descoberto nesta valência, e do Lar de Acamados em Avô, para poder dar resposta a algo para o qual nós hoje não temos resposta. Portanto, acho que é importante referir isso e fazer referência de que são



necessidades e, como necessidades que são e que foram apontadas por quem deve apontá-las – a Rede Concelhia – o Governo deve ter isso em consideração. Daí o ter referido – e continuo a dizer que muito bem – que a política da necessidade se deve sobrepor à política da influência. E continuo a manter aquilo que disse, não altero nem uma palavra, nem uma vírgula relativamente aquilo que disse sobre esta matéria.

Sobre a questão da Bolsa de Turismo de Lisboa, também foi aqui referido na altura que a Câmara esteve lá representada e o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves referiu aqui que não viu lá a Câmara. Foi na sequência disso que eu disse que o Município de Oliveira do Hospital e o Município de Tábua estiveram lá, através da ADITO. Utilizou-se a Agência para fazer a promoção de produtos de Oliveira do Hospital e de Tábua. Acho que não fica nada mal, fica até muito bem pois não somos concorrentes e vivemos no mesmo espaço territorial.

Sobre a questão do abastecimento de água em Avô e de dizer que deve o poder autárquico dar resposta, da mesma forma deve o Governo dar respostas e que também não dá em tempo oportuno.

E, já agora, aproveito para responder ao Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Inácio sobre as Lojas de Cidadão de 2<sup>a</sup> Geração. Eu julgo que já disse isso numa Assembleia mas vou repetir hoje o que disse numa reunião onde este assunto foi abordado no Governo Civil com a então responsável pela modernização administrativa por parte do Governo. E aquilo que eu disse foi que eu, em Oliveira do Hospital, não era coveiro de ninguém. O objectivo das Lojas de 2<sup>a</sup> Geração é acabar com serviços que hoje estão a funcionar aqui no concelho, como sejam as Conservatórias dos Registos Civil e Predial, a própria Repartição de Finanças, a Segurança Social, entre outros. E trabalha um conjunto de pessoas nestas instituições. E eu disse que não era coveiro de ninguém porque aquilo que se pretendia era ter um espaço, em que a Câmara pagaria a renda, para dar resposta aos mesmos serviços. E aqui, em Oliveira, até temos a vantagem de estarmos perto de todos esses mesmos serviços. É por isso que eu continuo a entender que é perfeitamente dispensável uma Loja do Cidadão de 2<sup>a</sup> Geração em Oliveira do Hospital. E disse outra coisa: disse que, o Governo que se preocupasse em dar formação às pessoas que trabalham nesses espaços e que aqueles eventuais serviços que hoje não são prestados nesses espaços, possam passar a sê-lo fazendo a formação das pessoas para que isso aconteça. E, também aqui, quero dizer que não “arredo pé” desta posição porque acho que é uma posição mais do que correcta.

Retomando a questão da água em Avô, queria dizer que estamos a estudar uma intervenção de forma a procurar resolver o problema. É uma solução que está a ser equacionada e que passa por algumas alterações em termos de rede e que, a seu tempo, lá iremos.

Ainda sobre a água e a empresa das Águas do Zêzere e Côa, é evidente que aquilo que eu disse aqui sobre os salários das administrações, eu mantenho. Não volto atrás. Acho que os salários deviam ser mais moderados porque não há justificação nenhuma para que haja salários tão elevados. Mais ainda: acho que não há justificação nenhuma para que haja três administradores a tempo inteiro. Mas isso é aquilo que eu penso. Com tantos técnicos que têm na empresa, o administrador a tempo inteiro pode perfeitamente socorrer-se de toda a valia técnica que tem para fazer o trabalho que deve desenvolver. Tem um manancial de técnicos ao seu dispor que lhe permite perfeitamente gerir uma empresa desta natureza sem que haja

necessidade de estar a gastar qualquer coisa como duzentos e sessenta mil euros, só com o Conselho de Administração.

E, pior ainda, é que há dois administradores, que não são a tempo inteiro, que receberam, de senhas de presença, um vinte e tal mil euros e o outro doze ou treze mil e tal euros, o que eu acho que é um “atentado” contra aqueles que vivem do salário mínimo. E nós sabemos que essas pessoas, quando vão às reuniões, nem sequer utilizam carro próprio pois vão em carro das instituições, provavelmente com motorista dessas mesmas instituições. Portanto, acho que isso está mal e deve ser revisto. E deve ser revisto quanto antes porque acho que se pode aliviar a pressão nos consumidores, reduzindo os custos da gestão e até, eventualmente, o número de técnicos.

Na última Assembleia das Águas do Zêzere e Côa não pude lá ir e foi o Sr. Vice-Presidente. E foi lá comunicado que tinham sido compradas mais três viaturas para a administração. E não são umas viaturas quaisquer.

Isso não invalida que não tenhamos que redesenhar o tarifário no nosso Município porque os custos sociais, a existirem, têm também que ser custos sociais que nos permitam viver nas outras áreas. Ou seja, eu não posso ter aqui o Dr. Rodrigues Gonçalves a reclamar pressão na água em Avô e, depois, estar a pagar o consumo de água às pessoas em Oliveira do Hospital, ou parte do consumo. Não é possível. Se nós queremos fazer investimento, temos que reduzir essa pressão para podermos ter disponibilidade financeira para fazer os investimentos que nos são exigíveis ao nível do abastecimento de água e da melhoria das redes. E, por isso, nós vamos ter que mexer nos tarifários. E até vamos ter que mexer porque, agora, com a nova legislação, terminou o aluguer dos contadores mas passa a existir a taxa de disponibilidade. No fundo, é a mesma coisa, com outro nome. Mas vamos continuar a cobrar aos municípios aquilo que já se cobrava no que diz respeito ao aluguer dos contadores. Portanto, mudou-se a nomenclatura mas o princípio é o mesmo.

Há um outro aspecto que me parece importante e que foi aqui falado, que é a questão dos lucros. Os lucros, se existirem na empresa, nós também vamos ser beneficiários porque somos accionistas. Nessa perspectiva, que eu julgo que jamais acontecerá, com o rumo que a empresa tem... Aliás, o que se prevê hoje é o alargamento do período de exploração, de trinta para quarenta anos, porque está visto que, nestas condições, a empresa pura e simplesmente rapidamente vai à insolvência. E, mesmo assim, vai ter que ser vista aquela questão da Covilhã. E eu espero que o Sr. Ministro do Ambiente tenha em atenção esse aspecto e que possa apoiar os municípios que pertencem a este grupo do Zêzere e Côa com aquilo que perdemos por força da saída da Covilhã e que foi qualquer coisa como sessenta e seis milhões de euros. Espero que o Governo faça a compensação a estes municípios para a alteração da rede em baixa. É aquilo que, no mínimo, se exige.

Também queria dizer ao Sr. Prof. João Dinis que, quem disponibilizou o relvado do estádio municipal não foi o Futebol Clube de Oliveira do Hospital porque a arrendatária é a Câmara. Quem disponibilizou o relvado foi o Município. A Câmara apenas comunica ao Futebol Clube de Oliveira do Hospital que, em determinado dia, vai realizar-se este ou aquele jogo, porque somos nós os arrendatários do espaço.

Quanto à estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha, quero dizer que, por força dos acontecimentos que existiram, é nossa pretensão não dar início aos trabalhos sem obter o

“Visto” do Tribunal de Contas para que não haja o risco eventual de se estar a começar hoje a obra e amanhã estar a interrompê-la. Então, se esperámos até aqui, também podemos esperar mais um mês ou dois e, depois, quando a obra se iniciar, é para ser levada até ao final e sem qualquer tipo de problemas.

Já agora, aproveito para dizer que, em princípio, no próximo dia 5, segunda-feira, começarão as obras de requalificação da Avenida 5 de Outubro, da Rua Prof. Antunes Varela, da Rua General Santos Costa e do Largo Ribeiro do Amaral. No Largo Ribeiro do Amaral, onde éramos para começar também já com o retirar das terras para a construção do silo, temos um problema que estamos a tentar resolver com a PT dado que não se sabia que havia um cabo de fibra óptica que atravessava aquele espaço. Assim, é preciso mudar esse cabo para se poder intervir sem qualquer tipo de constrangimentos.

Quanto à questão da ESTGOH ir para Arganil, pelos vistos, o Sr. Prof. João Dinis sabe mais de ESTGOH do que eu. Esse cenário nunca foi colocado. Não sei de onde vem esse cenário, não sei qual é a fonte e não tenho qualquer informação sobre isso.

Sobre a questão do OLIVEIRA FINICIA e a possibilidade do apoio a pequenos projectos no domínio da pecuária, julgo que isso não sairá do contexto daquilo que está previsto, desde que sejam inovadores, conforme está previsto. Mas penso que era importante que, também aqui, o Governo estivesse atento para, no âmbito do PRODER, apoiar o desenvolvimento destes pequenos projectos que aparecem nestas áreas.

Quanto à situação dos trabalhadores no concelho, naturalmente que preocupa a todos. A visão dessa preocupação é que pode ser um pouco diferenciada daquela que aqui foi apresentada pelo Sr. Luís Almeida. Mas preocupa a todos. Nós sabemos que, sem emprego e sem trabalho, não há desenvolvimento e as pessoas e as famílias não têm forma de subsistência. Portanto, os métodos e os meios é que podem ser diferenciados. Mas todos nós temos essa preocupação social.

No que respeita às questões levantadas pelo Sr. João Abreu sobre os incêndios, a floresta e os kit's de prevenção, quero informar que já aprovámos e financiámos a constituição de uma Equipa de Intervenção e Prevenção nos Bombeiros de Oliveira do Hospital, constituída por cinco elementos. O financiamento é assegurado em cinquenta por cento pelo município e os restantes cinquenta por cento pela Autoridade Nacional de Protecção Civil. Este projecto tem a duração de três anos. Eu referi, na altura, nomeadamente quando foi o aniversário dos Bombeiros, que, tendo nós outra corporação de bombeiros, seria importante que o Governo, no próximo ano, pudesse também disponibilizar uma equipa para funcionar na Associação dos Bombeiros de Lagares da Beira. Espero que isso venha a acontecer. Se assim fôr, ficamos com duas Equipas de Intervenção e Prevenção. Serão dez homens, com formação específica para o efeito. Concerteza que ficamos todos um pouco mais tranquilos.

Mas, no que diz respeito ao ponto de situação para a zona norte do concelho no domínio da prevenção da floresta contra incêndios, queria dizer que tem sido feito muito trabalho de acordo com o projecto apresentado, nomeadamente temos uma viatura para vigilância que já estava prevista, temos pelo menos dois pontos de água e temos procedido à abertura e ao melhoramento de um conjunto de caminhos. Tivemos dois contratemplos relativamente recentes, na medida que os operadores que tínhamos na *bulldozer* e na moto-

niveladora, por questões salariais, aproveitaram uma oportunidade e foram para África trabalhar nessa área, ganhando quatro ou cinco vezes mais do que ganhavam aqui. Não foi fácil para nós arranjar pessoas para os substituir. Por isso, tivemos a *bulldozer* parada dois meses e meio – pelo menos – e a moto-niveladora cerca de um mês e pouco. A *bulldozer* vai retomar os trabalhos na próxima sexta-feira onde os tinha deixado, ou seja, na freguesia de Lagares da Beira. Havemos de ir também à freguesia de Ervedal para, nomeadamente na zona dos Fiais, resolver uns problemas. E vamos continuar a resolver problemas na zona norte dado que a zona sul, neste momento, está bem coberta pela rede viária. Não implica que, numa situação ou outra de um caminho que esteja mais danificado, não tenhamos que fazer uma mudança e ir arranjar esse caminho. E temos tido os tractores corta-sebes a limpar bermas e taludes nas estradas e caminhos municipais das freguesias. Têm vindo a fazer todo esse tipo de trabalho, que nós consideramos importante para a prevenção de incêndios.

Foi também aprovado o Plano Operacional Municipal contra o incêndios e foi elaborado um Plano Intermunicipal no âmbito da ADESA, ou seja, juntaram-se os técnicos dos seis municípios e elaboraram um Plano que envolve os municípios de Oliveira do Hospital, Tábua, Arganil, Góis, Vila Nova de Poiares e Penacova. Eu já disse ao nosso Técnico que era importante termos cópia dos Planos Operacionais Municipais dos concelhos do Carregal do Sal, de Nelas e de Seia. Isto permitirá ver, nomeadamente a nível da rede viária, quais são as ligações, de forma a podermos combater os incêndios mais depressa. Por parte do CDOS, este ano vai ser adoptado um novo procedimento no que diz respeito à comunicação dos sinistros. Está tudo a trabalhar. Quanto à CAULE, que já tem aprovada a ZIF do Alva e do Alvôco, na próxima semana vamos aprovar também o Plano da ZIF do Alva e do Alvôco para Defesa da Floresta contra Incêndios. Portanto, está toda a gente a trabalhar.

No que diz respeito ao nemátodo, já recebemos algumas informações. A CAULE realizou, ontem, em Covas, uma acção de informação e de sensibilização sobre este tema. Não foi possível nós irmos lá porque recebemos o convite “em cima da hora”. Portanto, a CAULE está a trabalhar nesta matéria, assim como o nosso Engenheiro Florestal também está sensibilizado para esta questão. Vamos tentar ver se se consegue estancar este problema, que não é fácil.

Quanto à estrada Lagares da Beira / Meruge / Limite do Concelho, está para ser feito o contrato, que, depois, será remetido para “Visto” do Tribunal de Contas. Nesta estrada, porque não houve reclamações, não há nada que impeça que, depois da celebração do contrato, se faça o Auto de Consignação e que a obra possa ter início.

Foi aqui levantada uma questão sobre um projecto. Não sei que projecto é este porque uma coisa é um projecto e outra coisa é um pedido de informação prévia. Queria dizer que, relativamente a esta matéria, é bom que as pessoas se lembrem que, entre mil novecentos e noventa e oito e dois mil e um, foram feitas duas mudanças completas de tudo quanto eram documentos da Câmara Municipal: daqui para o antigo quartel dos Bombeiros e de lá novamente para aqui

O Presidente da Câmara é uma pessoa responsável, altamente responsável, mas há coisas pelas quais não pode responder. Dá a sensação que fui eu que andei a transportar os processos ou que fui eu que desviei o processo...

De qualquer forma, quero dizer que jamais aquele pedido de informação prévia teria uma informação positiva porque não podia, a Câmara, viabilizar a construção, por um privado, de um anexo num terreno que era municipal. E eu pensava que o Sr. membro desta Assembleia viesse dar os parabéns ao Presidente da Câmara por defender o interesse público, pois é disso que se trata, da defesa do interesse público. Pensava que ia ser isso, mas não. Estão preocupados com questões de pormenor e não estão preocupados com aquilo que é o essencial, que é a defesa e a preservação daquilo que é do domínio público.

E, ainda sobre a questão do terreno, gostava de dizer o seguinte: é que o membro da Assembleia que fez esta intervenção, que até é licenciado em Direito, deve saber que as pessoas não podem aumentar as áreas dos logradouros. A lei é bem clara sobre essa matéria. Mais ainda: a Câmara não pode alienar parte daquilo que era o seu património sem fazer uma hasta pública. Mais ainda: aquele terreno, quando foi expropriado, foi com um determinado fim e terá que ter esse fim como objectivo. Portanto, será isso que vai ser feito.

Quanto à questão dos vários vigilantes, o que eu posso dizer é que nomeio os júris dos concursos, os júris definem os critérios de selecção e é em função disso que as pessoas são admitidas. Portanto, estou perfeitamente à vontade. Aliás, por força daquilo que é o direito administrativo, esses processos de recrutamento têm que ser totalmente transparentes. Qualquer um dos concorrentes pode solicitar elementos sobre isso. Portanto, maior transparência do que essa não pode haver na administração pública.

Julgo que terei respondido a todas as questões que foram aqui colocadas e não tenho mais nada a acrescentar.”

Terminadas as informações do Sr. Presidente da Câmara, a Sra. Eng<sup>a</sup> Dulce Álvaro Pássaro pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Achei que, de qualquer das formas, na sequência das intervenções aqui havidas, era minha obrigação dar algumas informações adicionais relacionadas com a questão da água, uma vez mais. E porquê? Porque também é sabido que eu trabalho directamente neste assunto. E foram aqui ditas algumas coisas que, na minha opinião, carecem de clarificação.

Primeiro que tudo: a água é um bem público, o que não quer dizer que não possa ter gestão privada e que possa ser usada de qualquer maneira por qualquer um. O ser um bem público tem regras para a sua utilização.

Depois, o abastecimento de água está classificado, em todo o espaço da União Europeia, como um serviço essencial para a qualidade de vida dos cidadãos. É um serviço essencial, que é uma coisa diferente.

Outra questão: a da tarifa vir a cobrir a totalidade dos custos. Quer gostem, quer não gostem, á assim que vai ser. Aqui e em todo o espaço da União Europeia. A Directiva Quadro de Água, que foi aprovada em Bruxelas, estabelece claramente o princípio da recuperação dos custos. Na utilização da água, todos os Estados-Membros têm que se dotar de instrumentos para que a água – não só a destinada a consumo humano mas também a água para rega, para fins industriais – tenha a aplicação do princípio da recuperação dos custos. Porque há custos a captar a água, a tratá-la, a distribuí-la e a controlá-la. Portanto, a Lei das Finanças Locais, que foi aprovada há mais de um ano – e, tanto quanto eu sei, se é uma lei da Assembleia, teve que ser aprovada pela maioria dos deputados – também estabelece que os tarifários de água, de

águas residuais e de gestão de resíduos urbanos têm que se elaborados garantindo o princípio da recuperação dos custos.

Onde é que está o problema e onde é que está o cerne da questão? Pessoalmente, considero essa medida adequada. Isso vai implicar que haja muito mais cuidado nos custos em que se incorre. É óbvio que, quer as Câmaras – que fazem o serviço em baixa – quer as empresas multimunicipais ou intermunicipais – que fazem o serviço em alta –, todos os intervenientes no ciclo têm que ter contabilidades analíticas, centros de custos. Porque tudo isso – também de acordo com a Lei das Finanças Locais – vai ter que ser auditado pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos que, quando verificar que não está a ser cumprido um regulamento tarifário que já está em circulação na Associação Nacional de Municípios, tem que dar conta à Assembleia Municipal que esse regulamento não está a ser cumprido, bem como junto do órgão de inspecção respectivo. Dá conhecimento dessa situação. Na minha perspectiva, isto dá transparência a todo o processo e vai fazer com que alguns custos em que estão a incorrer, tenham que vir a ser diminuídos. Portanto, não vale a pena pensarmos que é uma originalidade portuguesa porque não é. O regulamento tarifário que eu vos referi e que já está em consulta antes de ser levado a Conselho de Ministros, já teve dois pareceres da Associação Nacional de Municípios – além de outras entidades – prevê tarifário social e tarifário para famílias numerosas. Quanto ao tarifário social, obviamente que é o respectivo município que decide os seus destinatários porque, para haver tarifário social, outros terão que pagar esse benefício. Mas é lógico, é dentro do princípio da solidariedade. Nós não temos que ser todos destinatários de água financiada de qualquer maneira, porque tem custos ter um serviço de qualidade. O mesmo se passa para as famílias numerosas. Também está referido.

Agora, há aqui uma questão que eu queria referir: neste momento, as Águas do Zêzere e Côa, relativamente à altura em que foram constituídas têm que ir mais à baixa. Eu fico muito satisfeita porque sei que Oliveira do Hospital tem acompanhado o desenvolvimento e vai às Assembleias e interessa-se. Eu sei que é assim, acho importante que seja assim, que acompanhem, que pressionem e que queiram saber, porque assim é que conseguimos mudar as coisas. As Águas do Zêzere e Côa, quando foram constituídas, tinham um investimento previsto que se destinava a garantir a captação e a adução. E a parte intermédia, da ligação à baixa, era para ser mais feita pelos municípios. E concluiu-se que, no último Quadro Comunitário de Apoio, por uma série de razões – por ausência de projectos, por falta de capacidade negocial, por problemas de natureza política – foram concretizadas poucas dessas iniciativas. E, portanto, foi acordado, contra a vontade das Águas de Portugal, que as Águas de Portugal têm de ir mais à baixa, ou seja, têm de fazer mais investimento. Assim, as tarifas em alta vão subir mais um pouco.

E agora vou dizer uma coisa para os nossos colegas do PCP: as Águas do Planalto não é um sistema multimunicipal; é um sistema municipal. As Águas do Zêzere e Côa é um sistema multimunicipal pois tem cinquenta e um por cento da AdP. As Águas do Planalto é cem por cento capital autárquico. Tem é uma concessão a um privado e foram os municípios que o decidiram. Dentro da autonomia do poder local, os municípios podem decidir. Têm é que assegurar um serviço de qualidade. Qual é o preconceito?

E também lhes quero dizer que todo o Alentejo não queria ter sistema multimunicipal. E, então, as associações de municípios apresentaram uma candidatura a Bruxelas para terem

um financiamento. Simplesmente, Bruxelas não lhes aprovou a candidatura por dois motivos. O primeiro foi porque o sistema tem muita população dispersa e não é um sistema rentável, não é um sistema interessante, será sempre um sistema sem rentabilidade. Portanto, aquela gente também tem direito a ter água a um preço acessível. Agora, que não é negócio, não é negócio. Outra coisa foi que não reconheceram que houvesse condições e capacidades para gerir o projecto e consideraram que não havia – e não havia – condições, por parte dos municípios, para garantir a contrapartida nacional. E é por isso que, neste momento, está em fase avançada de constituição uma parceria pública-pública entre as Águas de Portugal e todos os municípios do Alentejo, com cinquenta por cento de cada um. Isto porque as Águas de Portugal têm capacidade de endividamento junto do Banco Mundial e os municípios, sozinhos, não o conseguem. Tem a ver com isso.

Portanto, quando falamos destas coisas tenhamos a noção que estes aspectos têm a sua complexidade.

Para finalizar, queria dizer-vos o seguinte: já percebi que foi aqui discutida a questão dos salários e das mordomias dos gestores públicos. É uma matéria relativamente à qual tenho uma opinião pessoal mas aquilo que eu vou dizer não é a minha opinião pessoal. Aquilo que vos interessa é o que eu posso dizer que tenha uma mais-valia efectiva. Precisamente porque existe desconforto nesta matéria, o actual Governo tem tido uma postura reformista para conter e moralizar excessos de mordomias que, genericamente, os gestores públicos tiveram e ainda têm nalguns sectores. Por isso é que há contratos de gestão, com objectivos definidos, com salários indexados aos objectivos. E, por isso, é que o Tribunal de Contas tem, em fase de exercício de contraditório, uma auditoria que fez, por exemplo, à AdP, como faz a outros sectores onde também há gestores públicos, onde vêem todas essas questões e todas essas matérias. E posso dizer-vos que, do ponto de vista de quem não se quer envolver nos projectos, cada vez é menos interessante ser gestor público porque, para se ser gestor público no novo quadro, é preciso ter-se capacidade para o ser, senão correm-se grandes riscos: responsabilidade financeira por maus investimentos e uma série de outras coisas. Pessoalmente, como cidadã, acho muito bem, independentemente das ideologias. É essa também a minha perspectiva. Portanto, as coisas não estão paradas porque isso é óbvio, é incómodo para as pessoas com o mínimo de senso, seja de que área política forem. Isso era uma das questões que eu gostava de vos transmitir.

Também queria dizer que os tarifários em alta, dos sistemas em alta, são analisados no serviço de cujo Conselho Directivo eu faço parte. E, depois, é o Ministro que aprova. Na análise dos tarifários que nós fazemos, a incidência na tarifa dos custos dos gestores é pequena. Não é o grande peso que têm; é mais a imagem, que é incómoda e que é pouco moralizadora. Tenho dito isto várias vezes, em frente de Ministros e de Secretários de Estado, até o disse na frente de quem hoje é o Primeiro-Ministro. E digo isso há muito tempo porque posso dizê-lo. Posso dizê-lo porque acho que devo dizê-lo. Eu até vos podia dizer qual é, na tarifa, a percentagem e a incidência do pagamento dos salários e dos carros, que também penso que são excessivos. Tem uma incidência pequenina. Mas nós não vivemos só da incidência. É uma questão de moralização e, para mim, é uma área que também carece de intervenção. E também vos posso dizer que já se está a verificar uma abaixamento, designadamente nos carros que são comprados, porque todo o ambiente, todo o clima, é no

sentido das pessoas se sentirem incomodadas, embora – quero também dizer que é uma coisa que eu acho mal – haja orientações do Estado para que, na compra das viaturas, se sigam determinadas regras, que são mais alargadas do que quando é para comprar carros para a Câmara ou para o serviço onde trabalho. É um facto. Mas, cumprindo aquelas regras, a decisão é dos Conselhos de Administração. Pessoalmente, é uma coisa que acho mal. Acho que os Conselhos de Administração não deviam ter autonomia para comprar carros, seguindo as recomendações. Estas deviam ser mandatórias ou, então, as viaturas deviam ser sujeitas a parecer de alguém que garantisse que as recomendações eram seguidas. E isso, por enquanto, ainda não se verifica. Mas está tudo no devido caminho.

Para finalizar, queria dizer que, com todo o controlo que se faça – e o Instituto Regulador tem esse papel pela frente –, com toda a transparência que estes processos tenham, com todo o sentido crítico que nós, como cidadãos, tenhamos e a pressão que devemos fazer, nós vamos ter zonas no nosso país com tarifas muito mais altas do que outras. E porquê? O Zêzere e Côa é uma zona péssima e a saída da Covilhã foi grave porque lhe retirou escala. A zona da Covilhã, como o sistema de Trás-os-Montes e Alto Douro, como o sistema do Alentejo... aquelas pessoas têm o direito a beber água com a qualidade com que a bebem as pessoas de Lisboa ou de Aveiro ou de Leiria, que são zonas onde é fácil abastecer porque têm escala e não têm montanhas nem população dispersa.

O que está previsto no PEAASAR, que é o Plano Estratégico para o Sector das Águas e Águas Residuais, é haver mecanismos de apoio às zonas que têm ineficiências estruturais, como é o caso da nossa. Os mecanismos que estão previstos são aqueles que o Sr. Presidente já referiu, que é uma discriminação positiva no financiamento, haver um financiamento mais favorecedor do que noutras zonas do país. Outra coisa é a eventual criação de um fundo de equilíbrio tarifário, em que as tarifas que são pagas nas zonas onde, naturalmente, beneficiam de escala e de condições favoráveis, contribuirão para o tal fundo de equilíbrio tarifário para diminuir as diferenças nas zonas mais periféricas, com menos população, mais montanhosas. Isto está tudo pensado. Não é um desafio fácil.

E tenham bem presente uma coisa: tanto pode haver boa gestão feita por públicos como por privados. Conheço bem o panorama no nosso país e posso dizer-vos que há excelentes entidades públicas que fazem uma gestão magnífica da água e há entidades públicas que fazem má gestão. E há entidades privadas – que as Águas de Portugal não são privadas – que cumprem as suas obrigações e que têm contratos onde estão bem “amarrados” e há outras que são absolutamente incumpridoras. Há de tudo. O que é preciso é haver mecanismos para levar a cumprir os que não querem cumprir e eu, pessoalmente, tenho a dizer-vos que estamos no correcto caminho. E mais: somos visitados por vários países: o Kosovo, a República Checa, a Letónia. Países que vieram a Portugal para verem como é que temos o sector do abastecimento de água organizado e para os quais a União Europeia considerou que somos exemplo.

Esta é rigorosamente a situação da qual posso dar testemunho.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis:

“Eu não posso agradecer esta explicação de vinte minutos porque não sou assim tão inocente na matéria e nem pedi uma explicação desse tipo. Portanto, não posso agradecê-la.



Digo o seguinte: já que somos tão exemplares porque é que não fazemos como a Espanha? A Espanha não vai mexer no tarifário da água até dois mil e dez. Sabe disso, não sabe? É verdade. O Governo espanhol não vai aplicar a directiva da água até dois mil e dez, nomeadamente o tarifário.

Segundo: de facto, quem quer água, paga-a; quem quer saúde, paga-a; quem quer alimentação, paga-a; quem quer educação, paga-a. Mas paga como? Ignoramos nós que o nosso país, por dados que não são de preconceito ideológico, tem dois milhões de portugueses e de portuguesas a viver no limiar da pobreza? Como é que, com todas estas subidas, as pessoas vão pagar? Não vão. As pessoas vão deixar de pagar e logo vão cortar a água. E também fica a saber que na Bélgica, por exemplo, um cidadão que não pague água ou luz nunca fica com a água nem com a energia eléctrica totalmente cortadas. Porque é que não vamos fazer uma visita de estudo à Bélgica para vermos como é que eles actuam nessa matéria?

Esta é a questão fundamental: para um Conselho de Administração da empresa Águas do Zêzere e Côa, que ganha duzentos e sessenta mil euros por ano, isto não tem problema nenhum, os aumentos dos tarifários da água. Eles até podem tomar banho em uísque com o dinheiro que nós pagamos e que as pessoas que vivem no limiar da pobreza estão a pagar para eles.

Isto é absolutamente imoral e é a política de direita do Partido Socialista.”

Por fim, tomou a palavra o Sr. João Abreu:

“Aqui repetia uma coisa que já aqui propus várias vezes: tem que estar aqui claramente definido onde é que está o público e onde estão os deputados. Porque os deputados não podem estar sujeitos a enxovalhos do público, a ser enxovalhados pelo público. Tem que estar claramente definido, que é para podermos responder em conformidade.

Outro assunto: a Sra. Eng<sup>a</sup> pôs um problema, que havia uma questão de fundo. De facto, há uma questão de fundo. E a resposta foi dada pela Sra. Eng<sup>a</sup>: a questão de fundo é que é um negócio. E esta é que é a diferença abismal nas nossas perspectivas: a Sra. acha que a água não deve ser um bem público, ou melhor, sendo público deve ser alvo de negócio; e nós pensamos que, sendo público, deve ser também um bem social. E essa é que é a diferença substancial.

E, por isso, é que no Alentejo – que não quiseram o sistema multimunicipal – foram colocadas dificuldades pelo Governo, por Bruxelas, pelas CCDRC. Para que não se concretizasse um projecto alternativo, que ia demonstrar que as multimunicipais não são a única solução. Aliás, a lei prevê três sistemas possíveis mas afunilou-se tudo para as multimunicipais.

Quanto à questão dos tarifários, eu tenho ali uma fotocópia do jornal e Espanha prorrogou, até dois mil e dez, a discussão do problema. Não é a decisão. Ou seja, mantêm o sistema que têm e, em dois mil e dez, vão discutir. E não digam que é calculismo eleitoral porque acabaram de se realizar as eleições.

E até é um Governo socialista. Se calhar, é porque é um governo socialista.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da actividade e da situação financeira –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal dado conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos do Município:

Dia	Reunião/Evento
03.MAR	Reunião com Direcção da Comissão de Melhoramentos da Gramaça
07.MAR	CLAS da Rede Social
10.MAR	Reunião da Comissão Municipal de Licenciamento Comercial
13.MAR	Apresentação do “Programa Oliveira Finicia – Invista +”
19.MAR	Reunião com Presidente da Junta de Freguesia de S. Paio de Gramaços
26.MAR	Colocação da 1ª Pedra do novo edifício do CAO da ARCIAL
	Reunião com Padre Luís Costa
29.MAR	Assembleia-Geral do Matadouro Regional da Beira Serra
30.MAR	86º Aniversário dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital – Inauguração do Monumento ao Bombeiro
31.MAR	Conselho Municipal da Juventude
02.ABR	Reunião com a DREC, em Coimbra – Ampliação da Escola Básica de Oliveira do Hospital
08.ABR	Reunião com Consórcio responsável pelas obras da cidade
09.ABR	Lançamento do Programa “Férias Ocupadas”
	Reunião com Associações e Juntas de Freguesia – Animação Cultural concelhia
10.ABR	Reunião sobre o novo recinto da Feira
	Reunião com Eng. Lagarto, da Cabovisão
14.ABR	Reunião com Direcção da Obra D. Josefina da Fonseca
	Assembleia Inter-Municipal da AMPIN – Oliveira do Hospital
15.ABR	Reunião com SIRESP
16.ABR	Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
22.ABR	Assembleia do Agrupamento de Escolas do Vale do Alva

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez o seguinte ponto de situação das diversas candidaturas da Câmara Municipal:

PROJECTO	PONTO DE SITUAÇÃO
Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local (Formação)	Apresentada candidatura ao Programa Operacional Potencial Humano
PRAUD-GTL de Oliveira do Hospital	Prorrogação do apoio financeiro por um segundo ano

O Sr. Presidente da Câmara prestou ainda as seguintes informações adicionais:

“Está a ser preparada a candidatura da ampliação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardim de Infância de Oliveira do Hospital, para ser entregue até sexta-feira. Em princípio, terá resposta positiva ou negativa, por parte das entidades responsáveis, até 16 de Maio.

Também estivemos a preparar, no âmbito da AMPIN, um conjunto de indicações de projectos tendo em vista aquilo que poderá vir a ser a contratualização por parte da Associação para a realização de projectos nos vários concelhos da AMPIN. Aquilo que foi tomado em conta foi o valor indicativo de quarenta milhões de euros, onde nós teremos acesso, em princípio, a quatro milhões e novecentos mil euros de valor elegível. Na prática, representa um pouco mais de sete milhões de euros. É evidente que, se for este o valor contratualizado, poderá ser uma boa contratualização para a Associação, atendendo a que,

depois, podemos continuar a candidatar-mo-nos a outros projectos fora do âmbito daquilo que é a contratualização.

Seguidamente, a Mesa perguntou se havia alguma intervenção neste ponto, tendo o Sr. Dr. Francisco Borges Garcia solicitado a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Dado que o regulamento desta Assembleia não me permite responder ao Sr. Presidente da Câmara, só vim aqui para lhe dizer duas coisinhas rápidas:

A primeira, em relação ao requerimento: eu dirigi um requerimento e aguardo resposta relativamente a esse requerimento.

A segunda é que a falta de percepção, a culpa nunca é no receptor mas sim no emissor. Eu não vim aqui criticar ou deixar de criticar e legalidade ou a ilegalidade do terreno, da construção, do que quer que seja. Eu vim aqui, de facto, pedir à assumpção e o esclarecimento na culpa do desaparecimento de um processo que entrou nesta Câmara Municipal. E, quanto ao que me lembro, acho que o Sr. Presidente também andou a carregar e a descarregar caixas.”

Depois, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e da respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2007 –, tendo sido dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis:

“Quanto à apreciação geral das Contas e dos Documentos e lido até o Relatório de Gestão, percebe-se que há algumas dificuldades, dado também alguns imponderáveis que se encontram pelo caminho, nomeadamente nas candidaturas de alguns projectos.

A taxa de execução não pode ser considerada baixa relativamente ao que tem sido prática aqui no município e relativamente, até, ao que é prática noutros municípios. E também devo informar que, no ano passado, a execução da Junta de Freguesia de Vila Franca ainda foi menos de sessenta por cento do orçamentado. São contingências que na vida acontecem, o que não quer dizer que seja prenúncio de umas Grandes Opções do Plano e do Orçamento realmente bem concebidos. Porque não é. O facto da gente se enganar tanto não prova que nós é que temos razão; prova que, de facto, nós não tínhamos razão quando se orçamentou e quando se planificou.

Há aqui algumas rubricas interessantes, ao nível da execução financeira.

Eu já fiz isto uma vez ou duas e vou continuar a fazer. Por uma questão de transparência e porque nisto, de facto, não há nada que esconder, em dois mil e sete, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital transferiu para a Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira cerca de vinte cinco mil euros. Foi o total que foi transferido para a Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira. E, embora ainda não esteja reflectido nas Contas, assinalar aqui que, durante dois mil e sete, houve um final quase feliz para aquela lenda que durava há pelo menos doze anos e que era a construção do Parque Merendeiro.

O Orçamento de Estado transferiu para Vila Franca da Beira menos de vinte e quatro mil euros... Portanto, apesar de tudo, há uma transferência quase que idêntica entre o Orçamento de Estado e a da Câmara Municipal.

Somos todo iguais na União Europeia mas há uns mais iguais do que outros. Uma vez, estiveram cá uns amigos nossos de uma Vila Franca da Alemanha e, quando nós lhe dissemos

quanto é que se recebia do Orçamento do Estado, eles perguntaram se era para a electricidade ou para a limpeza. Somos todos iguais mas há uns... E são estes “rapazes” que mandam nesta União Europeia, não são outros, e vão mandar ainda mais.

Há uma pergunta concreta que eu quero fazer aqui e que gostaria de ser informado. Quanto é que custou ao Município de Oliveira do Hospital, por exemplo, quanto é que foi pago, ao “escultor do regime” que está a fazer as obras que estão “enxertadas” dentro de algumas rotundas na área urbana de Oliveira do Hospital? Quanto é que, em dois mil e sete, lhe foi pago?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Eu gostava de fazer aqui duas ou três referências que, há bocado, me esqueci de fazer. Estava a ser pressionado, aliás. Ainda um dia temos que avaliar aqui a flexibilidade do funcionamento da Assembleia e talvez ainda possamos detectar aqui algum “apito dourado”. E, a este propósito, eu devo dizer, desde já, com toda a amizade, amigo Carlos Rocha, que não gostei desta reacção sua em relação ao Francisco Garcia Filho, ao dizer “O quê? Ainda está nisso?” Eu creio que, da Mesa, deve vir elevação. Dos Srs. deputados também. Penso que não terá muitas razões de queixa da minha parte. De qualquer forma, mesmo que os deputados reajam mal e não controlem as emoções, a Mesa deve, pelo menos, tentar estar acima disso.

Há bocadinho não tive oportunidade de me referir de uma forma positiva à comemoração do 25 de Abril. Sou capaz de estar de acordo com o que disse o João Dinis. Acho que também, neste concelho como no País, é preciso mais esquerda. Afirmo-o em qualquer lado, independentemente das políticas. É esta a minha posição.

Já não estou de acordo consigo em relação à questão da construção europeia. Penso que se está a esquecer das partes boas. A construção europeia não tem só partes más, como aponta. Lembre-se que, pelo menos desde há dois mil anos antes de Cristo, nós nunca passámos um período sem guerras, como no tempo da construção europeia. Portanto, pelo menos por isso, já vale a pena a construção europeia.

O Sr. Presidente da Câmara referiu, há pouco, que muitas das coimas não têm eficácia. É verdade. Por isso é que já está em elaboração um diploma – que alguns irão dizer que está mal – que vai elevar de vinte e quatro vírgula noventa e quatro – que é neste momento o mínimo do regime geral das contra-ordenações – para duzentos euros, como mínimo.

Por fim, queria dizer ao João Abreu o seguinte: eu, em setenta e seis, visitei a Jugoslávia. Já nessa altura, o Kosovo, Bósnia-Herzegovina e por aí fora, tinham trinta anos de desenvolvimento à nossa frente. Portanto, não percebo essa sua reacção depreciativa em relação ao Kosovo, quando o Kosovo está, na maior parte dos factores, à nossa frente vinte e trinta anos. Não percebi isso e há alguma ignorância em relação ao que se passa lá.

Em relação à questão que nos ocupa aqui agora, queria dizer-vos o seguinte: lamento, e desde já faço um protesto, em relação à apresentação da Prestação de Contas por parte do Sr. Presidente da Câmara. É uma forma marcadamente político-partidária e, eu diria mesmo, em tom panfletário, o número um do preâmbulo. Penso que não se coaduna com a seriedade de um órgão autárquico. Diz o Sr. Presidente da Câmara que a actividade autárquica não pode ser analisada numa perspectiva isolada, que o ano transacto não será de boa memória devido à contenção do *déficit* público. E, depois, pergunta como tornar o concelho competitivo apenas

e só por acção das autarquias. É uma estratégia conhecida, a de apontar os erros alheios para, eventualmente, dissimular os próprios.

Mas eu pergunto: nesse ano de má memória para os portugueses, como diz, e para os oliveirenses, quanto recebeu a Câmara a menos em percentagem das transferências da Administração Central? Porque, se foi de má memória, tudo correu mal no país. É preciso fundamentar as afirmações com números, para provarmos que foi um ano de má memória. Quanto é que cobrou a Câmara Municipal a menos em imposto municipais? Parece-me ter lido ali que cobrou a mais sete vírgula quatro. Quanto é que cobrou a Câmara a menos nos serviços públicos que fornece, nomeadamente a água? Quais os serviços em áreas fundamentais que encerraram em Oliveira do Hospital? É assim que a gente vê que é um ano de má memória. Embora se perceba que se refere a um período longo, em que é que a Câmara, a zona, ficou prejudicada em relação às acessibilidades? Quais foram as acessibilidades que desapareceram? Tem razão em relação à Estrada Nacional 17. Aí tem razão. Mas, de todas as considerações que faz quanto às acessibilidades, parece-me que isto é um problema que vem de trás. Não está feito.

Em Oliveira do Hospital, a meu ver, a autarquia fará muito bem em identificar os problemas existentes, porque é assim que hoje se resolvem os problemas. Mas é reconhecê-los como problemas para os ultrapassar. Se nós nunca reconhecemos que há problemas, nunca tentamos ultrapassar nada, está tudo bem.

Só que o Plano de Desenvolvimento do Município... E aproveito desde já para dizer que há um desinteresse manifesto pelos membros desta Assembleia. Eu mandei um fax para aqui a dizer que não podia cá vir no dia em que foi apresentado este Plano de Desenvolvimento e pedi que me fosse enviado o documento. Não só não me foi enviado como nem sequer me foi dada resposta. Eu, nessa altura, estava na América do Sul e não pude cá vir. Mas, o que é grave não é não me terem enviado, porque são sessenta e tal páginas, mas nem uma resposta se merece?

Mas dizia eu que nós, aqui, não identificamos os problemas, não existem problemas e, afinal, o Plano de Desenvolvimento do Município vem exactamente ao encontro daquilo que nós temos vindo aqui dizer. Diz esse instrumento, nos pontos fortes identificados no documento, que “o concelho de Oliveira do Hospital deveria distinguir-se pela valorização da cidade, enquanto elemento de fortalecimento do meio envolvente, marcadamente rural”. Nada mais, nada menos do que aquilo que há anos vimos a defender e que é um Plano de Desenvolvimento da Cidade, com zonas pedonais, comerciais, de lazer e por aí fora.

Diz o documento “criação de um programa para a promoção da centralidade urbana de Oliveira do Hospital, para afirmar a cidade como uma centralidade urbana de escala regional”. Eu diria que não há qualquer plano coerente para esta cidade. Se o houvesse, o instrumento não identificava a necessidade. Basta ver a chamada construção da beira de estrada que há por aí.

Mais à frente, diz o mesmo instrumento, “beneficiação e ampliação das áreas de localização empresarial, com infra-estruturas e serviços especializados de apoio à criação de negócios”. Exactamente aquilo que nós temos vindo a dizer sobre as áreas de localização empresarial.

Outra ideia: “programa de promoção turística do concelho”, diz o documento. A tal definição de vocação do concelho que ninguém promove.

Desafio, aqui, a Câmara Municipal a fazer um debate sobre esse instrumento que foi aqui apresentado no dia da Assembleia Municipal extraordinária, onde veremos quem é que tem razão.

No preâmbulo do documento de Prestação de Contas, também dentro daquilo que me é habitual – de não apontar só coisas negativas pois deixo isso para um outro grupo municipal – acho que está bem referida a questão do instrumento de planeamento designado “Plano de Desenvolvimento do Município”. Ainda assim, vem no enfiamento daquilo que foi referido mas é apenas uma manifestação de intenções. Não há uma descrição de projectos, não há acções, não há nada.

Referências positivas à Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital, em colaboração com a ACIC, já tínhamos visto aqui.

Projecto “EMPREENDEDOR +”, positivo.

Início do processo de revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital. Eu, aqui, não estou de acordo porque zonas industriais, do ponto de vista legal, hoje em dia é coisa que não existe. A legislação, hoje em dia, refere-se claramente a áreas de localização empresarial. Portanto, quando o Plano de Desenvolvimento do Município aponta para áreas de localização empresarial – diferente de zonas industriais porque implica infra-estruturas, serviços especializados de apoio à criação de negócios, criação de um gabinete de apoio ao investidor –, o Sr. Presidente da Câmara diz que espera que, a curto prazo, possa estar disponível cerca de uma dezena de novos espaços na Zona Industrial. Portanto, veja-se a diferença entre um modelo legal ultrapassado quando, hoje em dia, se aponta para modelos muito mais evoluídos.

Eu ficaria por aqui. Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara não se esquecesse de responder às perguntas que eu lhe fiz quanto ao “ano de má memória”, com números.

E, já agora e uma vez que não tive hipótese de ver mais em pormenor o documento, aproveitando a declaração de voto dos Vereadores do Partido Socialista, que eu saúdo pela clareza e qualidade e que seria bom que todos lessem, embora possam não estar de acordo... Mas é um documento muito bem feito, no qual se diz – e eu creio que foi assim – que a execução orçamental desceu para menos de sessenta por cento, o que me parece grave.

O IMI teve um reforço de verbas de seis por cento. Houve juntas de freguesia a receber vinte quatro mil euros e outras oitocentos e oitenta euros. Eu gostava de saber porquê. Eventualmente, haverá razões aqui, não estou a fazer nenhum juízo de valor.

Depois, de subsídios, houve juntas de freguesia a receber cinquenta e três mil euros e houve outras a receber seis mil e seiscentos euros.

Por todas as razões e como dizem os Vereadores do Partido Socialista, nós não podemos aceitar um modelo de intervenção autárquico ultrapassado e a carecer de mudanças profundas. Penso que nós, nestas coisas como noutras, quando não podemos fazer tudo o que devemos, devemos, pelo menos, tentar fazer tudo o que podemos e a Câmara podia fazer mais. Podia fazer mais.

Reparem: na última revista Visão, como eu há pouco vos disse, Arganil está entre os primeiros cinquenta concelhos com água mais barata. Manteigas, Sabugal, Belmonte, Aguiar

da Beira, Carregal do Sal, Penacova, estão entre os concelhos com o IMI mais baixo para prédios urbanos avaliados. Aqueles concelhos – e também Tábua – estão entre os concelhos com o IMI mais baixo para prédios urbanos não avaliados. Por aí fora. Gouveia desceu dois por cento o IRS para residentes. Mortágua, dois e meio. Fundão, três por cento. Manteigas desceu cinco por cento. Oliveira do Hospital não aparece em nenhum destes itens, de modo a criar atractibilidade. Portanto, em nenhum destes itens Oliveira do Hospital aparece como um concelho capaz de seduzir novos residentes.

Por todas estas razões, eu não posso votar a favor de um instrumento de suporte à manutenção desta situação no concelho.”

Depois da intervenção do Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, foi dada a palavra ao Sr. Engº Carlos Maia:

“Vou ser muito breve e não vou entrar em grandes detalhes. Obviamente que o que está aqui explanado pelo Sr. Presidente da Câmara quanto a esta apresentação de Contas e quanto aos desvios ao Plano e ao Orçamento – que efectivamente existem e que são grandes – , há aqui um cunho a que há pouco o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves se referiu e com toda a razão, um cunho pessoal político-partidário por parte do Sr. Presidente da Câmara. O Sr. Presidente da Câmara, ou não leu este papel exactamente da maneira como aqui é apresentado, ou alguém lho fez e esqueceu-se de lho dar a ler. Mas, realmente, há aqui coisas que são contraditórias.

Quando o Sr. Presidente da Câmara – e aqui começa, efectivamente, com o cunho político-partidário a funcionar – diz: *“considerando o exposto, e na linha do que havia sido já expresso sobre o ano de 2006, o ano transacto não será de melhor memória para os portugueses em geral, e para os Oliveirenses em particular, no que diz respeito à sua vida quotidiana e aos seus legítimos anseios de futuro”*... Quando o Sr. Presidente da Câmara se está aqui a referir, numa introdução deste tipo e logo no início, *“aos portugueses em geral”*, deve pensar que está como líder da oposição, porventura na Assembleia da República e não como Presidente da Câmara em Oliveira do Hospital.

Depois, diz a seguir: *“De facto a prolongada crise económica e a redução do déficit das finanças públicas, factor que assumiu uma relevância acrescida face às metas estabelecidas no Pacto de Estabilidade e Crescimento, determinaram por parte do Governo uma política de forte contenção aliada ao desencadear de diversas medidas para a contenção e diminuição da despesa pública.”* O Sr. Presidente da Câmara está, de facto, muito preocupado com a crise, com a contenção do Governo, enfim, com todas essas questões que todos nos sabemos.

Continuando, diz: *“como consequência directa das restrições orçamentais”*... – e isto aqui é importante – ... *“salientam-se no ano de 2007 a continuação do “congelamento” das transferências para os Municípios, provenientes do Orçamento Geral do Estado, e a visível estagnação, e mesmo retracção, no investimento público”*. Aqui, o Sr. faz-me lembrar o Presidente da Associação Nacional de Municípios, concretamente o Dr. Fernando Ruas, de Viseu. Não me parece o Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital a explicar uma situação para justificar uma situação em Oliveira do Hospital. Está a falar dos municípios em geral. Muito bem.

Mas, por estranho que pareça, depois deste cunho político-partidário, de uma forma efectivamente incisiva e determinada... E depois de ter lido, como nós lemos aqui, desde dois mil e quatro até dois mil e sete, como o Sr. aqui diz, no quadriénio, as taxas de execução em dois mil e quatro, cinquenta e quatro noventa e seis por cento; em dois mil e cinco, sessenta e dois noventa e cinco; em dois mil e seis, sessenta e dois noventa e sete e, em dois mil e sete, baixou para cinquenta e oito dezasseis.

Por incrível que pareça, o Sr. justifica, a certa altura, que tudo isto, concretamente ao ano de dois mil e sete – para o Sr. justificar os maus resultados porque isto são, efectivamente, maus resultados – o Sr. justifica que isto é tudo devido ao QREN. E, então, lá está a mandar a culpa para cima do Governo. Política partidária a funcionar aí. A culpa é do QREN, a culpa é do Governo, que não pôs em execução em dois mil e sete o QREN. Pura e simplesmente, é esta a desculpa e é esta a explicação.

Eu agora eu pergunto, Sr. Presidente da Câmara: então, e em dois mil e quatro? E em dois mil e cinco? E em dois mil e seis? A culpa também é do QREN? Se calhar é do QREN também, a culpa. Já que é em dois mil e sete, nos anos anteriores as taxas que o Sr. tem e que nós aqui denunciámos em anos anteriores, possivelmente também é do QREN. Ou seria talvez do Governo PPD/PSD dessa altura? Não se sabe. Seria? Ou será da sua incompetência e da sua falta de visão para o concelho e da sua actividade – que nós já denunciámos muitas vezes aqui –, e os seus anseios, e o Sr. deixar de fazer a política caseirinha que tem feito e pôr os pezinhos ao caminho, a caminho de Lisboa, bater às portas de tudo quanto é sítio, para trazer dinheiro para Oliveira do Hospital. Aí é que, se calhar, é que nós temos que falar acerca dessa situação.

Mas, por incrível que pareça, na página vinte e dois, o Sr. Presidente da Câmara diz o seguinte: *“Do lado dos proveitos mantêm-se como mais relevantes as receitas provenientes das Transferências e Subsídios Obtidos – Estado, Fundos Comunitários, representando 61,31% do total, e as receitas provenientes da cobrança de Impostos de carácter municipal (IMI, IMT, Imposto sobre Veículos/Imposto Único de Circulação) e Taxas.”*

Por incrível pareça, aqui é que vem a grande contradição: o Sr. Presidente da Câmara que atrás tinha tido o congelamento e “malha” no Governo – é a crise económica, é o Governo que impõe, é as restrições, é tudo isso –, depois diz assim: *“Comparativamente a 2006, e sob esta óptica, os proveitos registaram um aumento de 776.951,79 €, nomeadamente por via do crescimento das Transferências e Subsídios Obtidos, e os custos subiram 382.259,23 €, em grande parte por força do aumento dos custos com pessoal.”*

Em que é que ficamos? Afinal de contas, há contenção de contas por parte do Estado, do Governo Central, das verbas ou não há? Ou retracção, como o Sr. diz? Então, não estou a perceber. Então, teve um aumento de setecentos e setenta e seis mil euros, provenientes fundamentalmente daí, e, então, onde é que está a contenção do Governo relativamente ao Município de Oliveira do Hospital? Então, porque é que o Sr., destes setecentos e setenta e seis mil euros – e era bom que o Sr. esclarecesse esta Assembleia – mais de metade deste dinheiro, o Sr. gastou com custos com o pessoal. Não o gastou com custos de investimento. E estamos a falar só de aumento, de dinheiro entrado em Oliveira do Hospital. Só de aumento.

Por conseguinte, o que é que nós depreendemos, Sr. Presidente da Câmara? É que, no final, o Sr. apresenta um resultado de exercício – antes de impostos, como o Sr. aqui diz,



depois de ter tido este aumento de receitas, depois de ter tido este aumento das despesas, fundamentalmente com pessoal – o Sr. apresenta um resultado líquido de dois milhões de euros. Isto, realmente, é de pasmar.

Quando eu ouço aqui Presidentes de Junta – alguns, porque outros estão caladinhos e a gente bem sabe porquê – a reclamar por uma série de questões para fazer nas suas juntas de freguesia, o Sr. apresenta um resultado destes? E, depois, diz que a culpa é do Governo? Que não investe porque a culpa é do Governo? Mas investe em gente, em pessoal. Para pagar, porventura, alguma guerrilha ou guerra político-partidária que o Sr. está a ter e está, porventura, a pagar favores a alguém, às custas do erário público e do erário municipal? Será que é isso que o Sr. está a fazer? Então e o dinheiro de investimento? Onde é que está?

Não tenho mais nada a dizer porque acho que já toda a gente percebeu.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Carlos Teixeira da Rocha, que fez a seguinte intervenção:

“Perguntas sobre as contas de Gerência do Ano de 2007:

DOCUMENTO DE APOIO Nº 13 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS:

- Ponto 8.2.1 – Derrogação do POCAL:

Para quando está prevista a aplicação da Contabilidade de Custos bem como o Inventário Permanente e Gestão dos Stocks ?

- Ponto 8.2.28 – Classe 5 “Fundo Patrimonial”:

Estando justificado o aumento patrimonial de 60.850,92 €, seria oportuno esclarecer a que se deve a diminuição de 14.172,34 € constante do mesmo quadro.

- Anexo VIII – Demonstração da Variação da Produção:

Qual a relação deste mapa com os restantes documentos que foram submetidos à apreciação desta Assembleia Municipal?

- Anexo X – Demonstração de Resultados Extraordinários:

Sem querer subir o patamar de exigência, do meu ponto de vista impunha-se um maior detalhe dos valores dos Custos e Perdas Extraordinárias (especialmente da conta 691 – Transferências de Capital Concedidas - 1.118.828,65€, sobretudo porque esta verba não é coincidente com o valor do documento de apoio nº. 19 - Transferências de Capital/Despesa, que totaliza 1.060.553,38 €).

Faço o mesmo pedido em relação à conta 798 – Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários, no valor de 345.058,94 €.

DOCUMENTO DE APOIO Nº 18 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES/DESPESA: Qual a origem das múltiplas verbas de 50 € que existem neste documento? E a que se destinam os 10.000 € pagos à Federação Portuguesa de Basquetebol?

DOCUMENTOS DE APOIO NºS 19 E 27, RESPECTIVAMENTE, TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL /DESPESA E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS:

Num destes documentos, não falta a verba atribuída à construção das novas instalações da ARCIAL?

APRECIÇÃO DAS CONTAS DE GERÊNCIA DE 2007:

Numa apreciação, sucinta e rápida como se impõe, reconheço que os documentos que nos foram enviados são suficientes para uma análise completa da actividade desenvolvida pela Câmara Municipal durante o ano de 2007.

Para quem não aceite as explicações dadas no Relatório de Gestão, basta uma simples leitura do documento de apoio n.º 7 – Controlo Orçamental da Receita – para nos apercebermos das razões que motivaram tão grande diferença entre os valores orçamentados e os realizados. A página  $\frac{3}{4}$  elucida-nos convenientemente! Sem as receitas esperadas ou a sua perspectiva atempada, não havia outra alternativa que não fosse garantir a execução das obras que todos desejamos com o empréstimo autorizado nesta Assembleia Municipal.

No documento de apoio n.º 8 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos – conjugado com o documento de informação sobre a Execução de Actividades mais Relevantes – confirmamos que houve uma distribuição equilibrada dos valores orçamentados.

Finalmente, se dúvidas subsistissem, o Mapa 17 – Contratação Administrativa – Situação dos Contratos é o verdadeiro espelho da situação financeira controlada que tanto apreciamos neste Executivo.

Além disso, estas condições permitem que 2008 seja o ano em que muitas das obras que sempre desejámos se venham a realizar.

Por tudo isto, proponho que as Contas de Gerência do ano de 2007 sejam aprovadas por esta Assembleia Municipal.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Queria começar por dizer ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves que o e-mail que deixou aqui foi [ajoserg@mei.gov.pt](mailto:ajoserg@mei.gov.pt). Está aqui aprova de que foi enviado. Se não foi recepcionado, a culpa não foi nossa. Quero dizer-lhe mais: na própria reunião de Câmara onde eu li esta informação dos serviços aos Srs. membros do Executivo, disse que estranhava muito que nem o Sr. tivesse dito nada sobre o Plano de Desenvolvimento do Município de Oliveira do Hospital.

Tenho aqui uma informação que diz o seguinte:

“Na sequência da proposta apresentada por V. Exa. na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 28 de Março de 2008, procedi ao envio, por correio electrónico, do Relatório Preliminar do Plano de Desenvolvimento do Município de Oliveira do Hospital aos membros daquele órgão que tinham disponibilizado os seus endereços a estes serviços:

Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves  
Sra. Eng.ª. Dulce P. Fidalgo Álvaro Pássaro  
Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre  
Sr. Rui Miguel Guedes Abrantes  
Sr. Carlos Teixeira da Rocha  
Sr. Luís Martins Almeida  
Sr. Dr. Francisco José Marques Borges Garcia  
Sr. Prof. Nelson Nunes Ribeiro  
Sr. Eng. Carlos Augusto Inácio da Fonseca  
Sr. António José da Fonseca Mendes Dinis  
Sr. Luís Tavares Pereira de Sousa  
Sr. Fernando Alves Dias Duarte

Sr. José António Gomes Guilherme  
Sr. João Alberto Garcia de Abreu  
Sr. Adelino de Brito Henriques  
Sr. Rogério Pereira Mendes  
Sr. Dr. Manuel Fernando M. Silva Garcia  
Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis

Na referida comunicação – cuja recepção foi acusada pelo Sr. Prof. Nelson Ribeiro, Sr. Eng. Carlos Inácio da Fonseca, Sr. Fernando Duarte e Sr. Rogério Mendes – foi solicitado que o envio de contributos/sugestões fosse efectuado até ao dia 15 do corrente mês de Abril.

Acresce que nenhum membro da Assembleia Municipal solicitou a consulta ou o envio do mencionado documento por outro meio.

Terminado o prazo, cabe-me informar V. Exa. que nenhum membro da Assembleia Municipal enviou os seus contributos ou sugestões relativamente ao Relatório Preliminar do Plano de Desenvolvimento do Município de Oliveira do Hospital.

Oliveira do Hospital, 16 de Abril de 2008.”

Julgo que já respondi a esta questão.

Quanto às outras questões que têm a ver com o Relatório e com a Conta: dizerem-me que há aqui cunho político. Nós estamos aqui numa sala para discutir política. Estamos aqui para discutir política. E, naturalmente que o ponto de vista de muitos dos que aqui estão não coincide com o ponto de vista daqueles que estão no Executivo e de outros que também estão aqui nesta Assembleia.

E eu queria dizer aqui duas coisas que me parecem extremamente importantes. Primeira questão: é verdade ou não que houve congelamento em dois mil e sete no que diz respeito às transferências do Orçamento de Estado para a Câmara Municipal? É verdade. Não houve aumento nenhum em dois mil e sete; houve congelamento. Este ano, para dois mil e oito, é que houve um aumento que não chega aos cinco por cento.

É verdade ou não que o Governo andou sucessivamente a falar do *déficit* das contas públicas e da necessidade de contracção de despesa para respeitar os objectivos no que diz respeito ao *déficit*? É verdade.

É verdade ou não que o Sr. Engº Carlos Inácio teve aqui um “deslize” no ano passado dizendo que o IC 6 começava no ano passado? É verdade.

É verdade ou não que o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves já disse aqui, por diversas vezes, que investimentos como o novo espaço da Feira, a requalificação da cidade, entre outros, não são investimentos reprodutivos? É verdade. E, hoje, foi ali dizer o contrário, com base no tal estudo de desenvolvimento que diz que se deve construir uma cidade atractiva.

É verdade ou não que nós temos duas zonas industriais? Os novos espaços que se criarem é que serão áreas de localização empresarial. Os que nós temos criados, estão criados como zonas industriais, com planos de pormenor como zonas industriais e com alterações que são feitas ao plano de pormenor à zona industrial. Isto é verdade.

Para além disso, outras questões que falaram aqui:

É verdade ou não que houve retracção e uma retracção profunda no que diz respeito ao investimento público? No País e que teve influência em Oliveira do Hospital. Porque os circuitos comerciais também funcionam em função das disponibilidades financeiras que as

peças têm, ou seja, a Câmara recebe mais IMT se houver mais transacções. Se as pessoas não têm poder de compra, se não têm capacidade para comprar terrenos ou habitações, o IMT desce.

Falam do IMI. Naturalmente, o IMI tem vindo a crescer e, por força desse crescimento, é que foi aqui proposta, em Setembro, uma redução da respectiva taxa.

Fala-se do aumento das despesas com o pessoal. É verdade. Quem é que nos lançou para isso? O Governo. Então e o Enriquecimento Curricular, quem é que o criou? Foi o Governo. Quem é que paga aos professores? É a Câmara. Quantos professores tem a Câmara? Trinta. Qual é o salário de um professor? É igual ao de uma auxiliar da acção educativa? É igual ao de um cantoneiro? Não é. E nós, aqui, podíamos usar um artifício, que era: em vez de contratar pessoas, contratar serviços a empresas. Mas, aí, estaríamos a contribuir para que essas pessoas andassem a trabalhar contra aquilo que agora o Governo está preocupado – os recibos verdes –, sem terem acesso a Segurança Social, a Subsídio de Desemprego, absolutamente a nada. Portanto, porque a Câmara é pessoa de bem e porque eu entendo que a Câmara deve ser pessoa de bem, resolvemos fazer concursos e fazer contratos com as pessoas, para que tenham acesso à Segurança Social e ao Subsídio de Desemprego quando terminar o contrato.

Os vigilantes dos autocarros: quem é que criou a lei? Foi o Governo. E nós temos que ter vigilantes. E, se não tivéssemos carreiras públicas, tínhamos que ter, seguramente, pelo menos mais oito vigilantes a trabalhar. Com contratos parciais, é verdade, com duração variável consoante as situações. Portanto, por força destas medidas, e que foram lançadas pelo Governo, aumentaram as despesas com o pessoal.

E aumentarão muito mais se fôr avante, como já está definido, que o pessoal não docente das escolas do primeiro, segundo e terceiro ciclos passe para as Câmaras. E, então, vão ver as despesas com o pessoal disparar não sei quantas vezes.

Por acaso, algum membro desta Assembleia sabe quanto é que se pagou de vencimentos a professores na escola do Vale do Alva? Um milhão quinhentos e tal mil euros. E a funcionários? Duzentos e vinte e oito mil euros. Somem estas duas parcelas, peguem na escola do terceiro ciclo e secundária de Oliveira, no Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas, na escola de Lagares da Beira e na escola da Cordinha, e vejam quantos milhões é que isto vai representar em termos de pessoal. Vai representar muito mais do que aquilo que nós hoje pagamos ao pessoal desta casa. Portanto, é preciso ter em atenção estes aspectos.

Há muitas coisas para as quais as autarquias têm sido “empurradas”. Dizer que é mal? Não, eu digo que é bem. É bom as crianças terem actividades de enriquecimento curricular, é bom terem alguém no autocarro e nas entradas para os transportes, que está a vigiá-los. Será bom, amanhã, por uma questão de gestão, o pessoal que eu já referi, passar para o âmbito do município porque pode haver uma gestão muito mais equilibrada. Provavelmente, não é necessária tanta gente como a que está no sistema. Porque a gestão de proximidade permite isso, permite um equilíbrio, a rotatividade quando necessária.

Estas questões correspondem à realidade.

Dizer que a execução baixou. Baixou. E em dois mil e oito, provavelmente vai baixar mais. Sabem porquê? Porque, cada vez que nós mandamos um contrato para “Visto” do

Tribunal de Contas, ele tem que estar cabimentado. E aquilo que vos aparece aqui, quando nós aprovámos o Plano e o Orçamento, é parte da verba para o projecto. Mas, avança um concurso, adjudica-se a obra, faz-se o contrato e, se não fôr devidamente cabimentado, o Tribunal de Contas devolve-o. Para fazer isto, o que é que tivemos que fazer? Alguns reajustamentos ao nível do Plano e considerar já a entrada de parte da verba do empréstimo, para poder contemplar isso. Sabem a que é que isso vai dar origem? É que, aquilo que apresentámos aqui, vai aparecer-vos no mínimo, nas contas para o próximo ano, na ordem dos dois milhões de euros mais do que aquilo que foi apresentado. Será aquilo que nós estamos a prever ir buscar à banca para poder pagar obra.

Depois, é verdade ou não que o Governo disse que o QREN entrava em funcionamento em dois mil e sete e que todos os concursos e obras começadas no mês de Janeiro de dois mil e sete podiam ser contempladas nas candidaturas? Em dois mil e sete, o QREN não abriu praticamente nenhuns concursos. Começa agora a haver algum fluxo nessa matéria.

Portanto, aquilo que é dito neste Relatório, e contrariamente ao que os Srs. querem fazer crer, corresponde à verdade. E não tenham dúvidas que é uma leitura política. Eu assumo. Pois, se eu estou aqui num cargo político, é uma leitura política. É a nossa leitura política sobre aquilo que foi o enquadramento da nossa acção dentro do território do concelho e, por extensão, do país.

Eu não tenho essa possibilidade, mas até gostaria de saber quais são as execuções noutros concelhos, que hão-de ser muito mais baixas do que a nossa. Dizer que não nos contentamos com o mal dos outros, é verdade. Mas eu li, por exemplo, que a Câmara de Seia tem uma dívida de quarenta e oito milhões de euros. E tem encargos enormes com essa dívida. Isso é que é grave. Quais são os encargos que nós temos com a dívida, nomeadamente com a dívida a fornecedores e a empreiteiros? Zero, porque a Câmara tem sido boa pagadora. Porque, senão, hoje estaríamos a pagar juros na ordem dos seis, sete ou mais por cento. Porque os fornecedores têm direito, ao fim de sessenta dias, a processar os juros pelo não pagamento da facturação.

É verdade ou não que os juros subiram? Quantas vezes subiram os juros?

É verdade ou não que os combustíveis subiram? Quantas vezes subiram?

Então isso não tem implicações no funcionamento da estrutura? Claro que tem implicações e grandes. E, por isso, eu gostaria de dizer aqui isso de forma clara e evidente porque acho que deve ser dito.

Quanto à questão da aposta na cidade, eu já respondi também a isso.

A ampliação de áreas de localização empresarial: nós não vamos ampliar áreas de localização empresarial, vamos ampliar a zona industrial. E espero que a revisão do PDM avance com mais rapidez, para criar novas áreas de localização empresarial, essas sim com essa denominação.

Outra coisa: a questão do IRS. Eu tenho que dizer que essa questão é uma boa “ratoeira” para os municípios. Porque é assim: a Gouveia, abdicar de dois por cento, representa aí uns vinte mil euros. Manteigas, abdicar de cinco, pouco mais representa. Mas nós, aqui em Oliveira do Hospital, abdicar disso representa, no mínimo, trezentos e cinquenta mil euros. Então vocês querem “chuva no nabal e sol na eira”? Não há hipótese. Portanto,

aquilo que eu já disse aqui e que volto a dizer é o seguinte: o Governo, se assim o entende, em vez de pôr na mão das autarquias essa alternativa, tome-a o Governo. E arranje formas de incentivos fiscais às pessoas que vivem nestas zonas mais deprimidas. E, tal como o fizeram relativamente aos empresários, façam-no relativamente às pessoas. Que o assumam. Agora, a Câmara não pode é desenvolver todas essas políticas ao mesmo nível.

A questão dos serviços: o novo mapa judiciário. O que é que aponta o novo mapa, Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves? O novo mapa aponta para termos aqui, no Tribunal, um balcãozinho para receber os papéis. É isso que o novo mapa judiciário aponta. O que está definido aponta nesse sentido. Se vai avante ou não, eu acredito que não vá e tudo farei para que não vá. Mas, o que está plasmado em termos de organização e que foi apresentado pelo Governo, aponta nesse sentido. Mas vejam lá se o Governo não teve o cuidado de criar uma circunscrição com Seia, Gouveia e Fornos? E outra com Fundão, Covilhã e Belmonte? Teve esse cuidado, de criar aqui essas circunscrições. Podia ter criado aqui uma circunscrição com Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil, já agora. E agregar Carregal ou outro concelho. Porque não o fez? Há pouco, o Dr. Rodrigues Gonçalves falava da política da influência e da política da necessidade. Mas, as declarações que eu li do meu colega de Seia é que foi graças à sua influência, repito, à sua influência, que foi criada aquela circunscrição. Então, em que é que ficamos? Na política da necessidade ou na política da influência? E da influência política. Estamos a falar de política.

E, portanto, os tumultos que houve com o SAP, as divagações que tem havido sobre a ESTGOH, o anúncio sucessivo dos IC's, a questão da Zona Agrária em Oliveira do Hospital – em que ficaram cá dois funcionários – etc. Então mas isto não é verdade? Esta é a verdade. E é a verdade com a qual todos nós nos devemos preocupar, independentemente da ideologia política que cada um professe.

Também queria dizer, relativamente à questão das juntas de freguesia, o seguinte: há juntas que prestam serviços sociais – Meruge, Lourosa, Seixo, entre outras – a quem, em dois mil e sete, a Câmara atribuía subsídios para compensação da respectiva despesa. Agora, em dois mil e oito, isso já não vai aparecer porque, no início deste ano lectivo, pusemos as juntas e as IPSS a facturar e pagamos sob facturação. Esclarecemos junto das Finanças que não há lugar a cobrança do IVA, pelo que agora pagamos mediante a apresentação de facturas. Assim, há juntas de freguesia que aparecem com verbas mais elevadas, nomeadamente em despesas correntes, e que tem a ver com estes serviços prestados.

Já agora, aproveito para esclarecer o Sr. Carlos Rocha, para lhe dizer que a diferença entre o atribuído e o pago tem a ver precisamente com isso. Há subsídios atribuídos que ainda não estão pagos. E, portanto, nas Contas vão encontrar essa diferença.

O caso da ARCIAL: está o subsídio atribuído e ainda não foi utilizado. São cento e cinquenta mil euros. As múltiplas verbas de cinquenta euros têm a ver com a Feira do Queijo, com as senhas de participação dos produtores.

Ainda voltando à questão do pessoal, em muitos sectores da Câmara têm-se aposentado pessoas e não tem sido admitido ninguém. Mas há sectores em relação aos quais não podemos fugir, cujos funcionários têm mesmo que ser substituídos, como aconteceu com o mineiro e com o coveiro. É tudo transparente.

Nos quadros da Câmara e aí em qualquer lado, não há ninguém da minha família a trabalhar. Porque, na política, não é só precisa a moral, é precisa a ética também. E eu faço questão de preservar ambas as coisas: a moral e a ética.”

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, foi dada a palavra ao Sr. Engº Carlos Maia:

“O Sr. Presidente da Câmara disse muita coisa mas há algo em relação ao qual não fiquei esclarecido. É que, nos proveitos e ganhos que o Sr. aqui apresenta, e onde aparece “transferências e subsídios obtidos”, da verba de setecentos e setenta e seis mil euros... Foi disto que eu falei e o Sr. passou por cima disto, não sei porquê. Ou porque estava distraído ou porque, se calhar, não lhe interessava. Isto tem a ver, tanto quanto eu percebo, com transferências e subsídios obtidos – Estado e fundos comunitários.”

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu:

“Já lhe referi do que é: enriquecimento curricular. Não sai das transferências do orçamento normal do Estado. Os outros subsídios referem-se a transferências de outras entidades, como a Segurança Social, a DREC, organismos desconcentrados do Estado, entre outros. No que respeita a transferências do Orçamento Geral de Estado, a verba foi igual à do ano de dois mil e seis. Neste ano é que vamos ter um aumento das transferências do Orçamento Geral do Estado na ordem dos trezentos e cinquenta mil euros.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Prof. João Dinis:

“O Sr. Presidente da Câmara disse, de facto, muita verdade. Mas também disse uma que, não sendo exactamente uma inverdade, tem oitenta por cento disso. De facto, o PCP, a CDU – e até muito protagonizados por mim próprio –, numa Assembleia Municipal, em Fevereiro de dois mil e sete, estive aqui quase vinte minutos a falar sobre propostas, sobre ideias, sobre Plano Estratégico. Deve ter sido. Só falei eu. Sobre o QREN.

Depois, enviámos por escrito, ao Sr. Presidente da Câmara, uma série de propostas sobre o Plano Estratégico. Por escrito. Depois, eu próprio e o João Abreu participámos, aqui, em reuniões de trabalho sobre o Plano Estratégico. Na Assembleia Municipal em que foi apresentado, voltei a intervir, no mínimo dez minutos, com várias propostas sobre o Plano Estratégico. O problema, às vezes, é a gente não ser ouvido. O problema é, às vezes, nós não sermos lidos. E isto não tem nada a ver com quem manda ou quem deixa de mandar na Câmara a dado momento. Isto tem a ver, de facto, quando há uma consulta pública, quando se ouve, deve-se ouvir, deve-se ler, deve-se considerar. Portanto, da nossa parte não faltaram propostas. Não se diga que não houve ninguém... Apesar de, nesta fase, agora, não se ter enviado por escrito. Mas, já cá tem tanta coisa escrita... Mais: tome a acta da última Assembleia, por escrito, sobre as propostas para o Plano Estratégico e sobre a intervenção que eu aqui fiz. E, já agora, a Junta de Freguesia de Vila Franca enviou por escrito propostas de alteração para a revisão do Plano Director Municipal. Pois, que as tenha em conta, Sr. Presidente.”

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu ainda:

“Quando eu fiz aquela referência, foi relativa ao envio do projecto do Plano e, quando referi que não foram feitas sugestões, foi relativamente ao conteúdo do projecto. É evidente que o que o Sr. disse é verdade: que esteve presente nos *workshops*, nas reuniões de trabalho, tal como outros estiveram. Houve um conjunto de pessoas que participaram na fase de

elaboração do projecto. Eu, quando fiz aquela referência há pouco foi relativamente a esta questão. Aliás, tal como foi dada a indicação ao grupo de trabalho para fazer uma entrevista ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves. Também foi dada essa indicação. Tal como também foram entrevistados o Sr. Engº António Campos e o Sr. Fernando Silva.

Portanto, quando me referi ao não envio de contributos foi relativamente ao projecto do Plano que foi aqui apresentado pela empresa responsável pela sua elaboração.”

Terminadas as intervenções, foi colocado à votação o Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e da respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2007 –, tendo sido aprovado por maioria, com oito votos contra e quatro abstenções.

Seguidamente, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2007. Não havendo quaisquer intervenções sobre este assunto, foi a presente proposta colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com sete abstenções.

Em seguida, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar e sendo uma hora e quinze minutos, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim

Primeiro Secretário, que a subscrevi.

*(Presidente)*

\_\_\_\_\_

*(Primeiro Secretário)*

\_\_\_\_\_

*(Segundo Secretário)*

\_\_\_\_\_